ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

----------No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, na **Central das Artes, sita na Rua da Calçada, em Porto de Mós,** em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----

----------***PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:*** ----------

----------*Intervenção aberta ao público, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal.*----------

----

----------***PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*:**----------

----------*1. Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*----------

----------2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*----------

----

----------***ORDEM DE TRABALHOS:***----------

----------*1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* ----------

----------*2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025 - (Apreciação, discussão e votação);*

----------*3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2025 - (Apreciação);* ----------

----------*4. 1ª Modificações aos Documentos Previsionais 2026-2030:*----------

----------*4.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação);* ----------

----------*4.2. 2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação);* ----------

----------*4.3. 2.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação);* ----------

----------*5. Relatório do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2024 - (Apreciação);* ----------

----------*6. Nomeação Revisor de Contas Oficial Contas (ROC) para Certificação de Contas Município do ano 2026 e 2027 (de maio de 2026 a abril de 2028) - (Apreciação, discussão e votação);* ----------

----------*7. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Ano 2026 e seguintes- (Para conhecimento);* ----------

----------*8. Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A.:* ----------

----------*8.1. Proposta de criação da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A.,*

pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (Apreciação, discussão e votação); ----------
----------*8.2. Estatutos da Agência - (Apreciação, discussão e votação);*----------
----------*9. Proposta de Adesão à Associação Oficina de Planeamento e Participação – rede de Autarquias participativas (Apreciação, discussão e votação);* ----------
----------*10. Proposta de Adesão à Associação Cluster Indústrias culturais e criativas (Apreciação, discussão e votação);* ----------
----------*11. Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Municipio de Porto de Mós – abertura de hasta pública (Apreciação, discussão e votação);* ----------
----------*12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2024 (para apreciação);* ----------
----------*13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação);* ----------
---

----------Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. ----------
----------Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Fernando Correia Marto (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), (Abna Rivca Simão Pato (CH), Joaquim Jorge Rino da Graça Santos (PS), Nuno Rafael Raimundo Santana (PSD), Isolda Maria Carreira do Rosário (PSD), António Rogério de Oliveira Vieira (PSD), Sheilla Cristina Pereira Saldanha (Deputada não Inscrita), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH), Miguel Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Neuza Catarina Martins Morgado (PSD), Carla Patricia Frazão Ferreira Calé (CH), Tiago Manuel da Costa Rei (PSD).----------
---

----------Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Luis Narciso Martins Fortunato (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Patricia Pereira Santos (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Vítor José Rosa Machado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Muliano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferraria (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento; Carlos Manuel Amado Cordeiro (MIAM) Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de

Alvados e Alcaria.----------
----------A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Fernando Quaresma Gomes, Pedro Miguel Silva Vala e Licinio Américo Martins Ferraria, bem como o Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira. ---------
----------Faltaram à sessão, Raquel Ferreira Bento (PSD), que não justificou o seu impedimento nos prazos regimentais, não tendo sido substituída, e considerando-se a falta injustificada, bem como Paulo Jorge Nobre Pereira (PS), que, nos termos regimentais aplicáveis, justificou a sua falta *à posteriori*, não tendo por isso, também sido substituído. ----------
----------A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.----------
----------Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. Seguidamente, depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao público presente, bem como a todos os que estão a acompanhar através das redes sociais do Municipio. Disse ainda que, esta sessão será regida pelo Regimento aprovado em 30.12.2025. Disse depois que, em todo o tempo que está como Presidente desta Assembleia Municipal, cerca de nove anos, é a primeira vez, numa sessão da Assembleia Municipal, que não há substituições, manifestando a sua satisfação pelo facto. ----------
----------Passou depois ao período seguinte da Ordem de Trabalhos.----------
---

----------***PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO:-***----------
----------Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os senhores Joaquim Santiago, Fernando Campos, Telmo Conceição e Abílio Pedro.----------
---

----------**Joaquim Santiago (Juncal):** ----------
----------Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, começou por dizer que não é contra festas, mas que o que se passa esse nível no concelho é um exagero. Disse ainda que ficou perplexo, por virem dois ministros ao Alqueidão da Serra para verem "uma cabrada", salientando que se fossem quinhentas ou seiscentas cabras ainda aceitava, mas sessenta ou setenta cabras …"é um *show off* completo." Passou depois a dizer que iria passar àquilo que interessa e que são os cidadãos. Referiu assim, que o problema da estrada da Cruz da Légua se mantem, dizendo que está na hora de intervir naquela estrada. A estrada da Castanheira, também está prometida. A estrada da Zona Industrial, à Estrada Nacional, está um caos. A estrada da Boieira, da EN 8 à Boieira, está péssima. Referiu-se depois ao Juncal, que está um caos completo. Fazendo menção ao facto de o Presidente da Junta de Freguesia do Juncal ter vindo buscar alcatrão para tapar os buracos,

porque os elementos da Câmara não têm tempo, ou não os há. No Parque Verde, apontou a falta de manutenção, tendo, na semana passada havido um acidente com uma criança no baloiço, porque um parafuso se soltou. Disse depois, que há um problema que se mantém há oito anos. Foi falado numa Assembleia no problema da sinalética no Juncal, bem como no problema do trânsito do Juncal, tendo o senhor Presidente dito que estava dentro do assunto, e que o Politécnico faria um projeto para organização do trânsito no Juncal. Oito anos volvidos, está tudo na mesma, nada tendo sido feito. Continuando, disse que há quatro anos, e bem, a Câmara arranjou a Rua do Casal da Fonte e a Rua da Farmácia, nunca mais se tendo intervindo no Juncal. Disse depois que viu no *facebook*, a promessa dos geradores para as Juntas de Freguesia, achando que se está à espera de novo apagão para se comprarem então os geradores. Outra situação a que se referiu, foi à Estrada do Ribeiro. Na altura da tempestade, a Câmara colocou lá dois blocos de cimento a cortar a estrada dos dois lados, tendo sido nos últimos tempos os agricultores que empurraram os blocos para a borda da estrada para se poder passar. Disse ainda que há o problema do rio, que tem de ser arranjado porque daqui a pouco é inverno outra vez. Disse depois que há dois anos que foi inaugurada a Real Factory e que os dois postes que lá estão já é altura de saírem dali. Finalizando, disse que há muito por fazer, referindo as condições do Mercado Municipal bem como o Pavilhão do Juncal, dado que em breve o campeonato acaba e em meados se setembro, começam os treinos novamente. ----------

---

----------**Fernando Campos**:----------

----------Usando da palavra, e depois de cumprimentar os presentes, disse que não é do concelho de Porto de Mós, mas que tem planos para vir para cá. Tem consultado no *site* da Câmara a situação do PDM, dizendo que o que quer saber, é se este documento está neste momento em reavaliação ou não, sendo esta a sua questão. ----------

---

----------**Abílio Pedro**:----------

----------Cumprimentando os presentes, apresentou-se dizendo que é da Cumeira de Cima, e que vem colocar, na Assembleia Municipal, a questão do lixo na Rua do Loureiro, bem como das outras próximas e que tem sido um pandemónio. Também nos caminhos fazendeiros ou camarários, não se consegue passar, nomeadamente os carros de bombeiros, com tanto mato ali existente. -----

---

----------**Telmo Conceição (Porto de Mós):**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que pediu a palavra porque estamos em Abril, e como homem de Abril, que é, não podia deixar de se congratular com a manifestação que foi feita pelo Municipio, com o reconhecimento aos intervenientes do poder local. No entanto, disse, todos temos uma obrigação maior, fazer cumprir Abril. Fez depois referência a uma situação, em que não se cumpriu Abril. No

dia 14 de janeiro de 2025, fez um convite à Câmara Municipal de Porto de Mós, para ser entidade participante, apoiando uma exposição que ia para a comunidade de Autum, em França. Continuando, disse que até hoje não recebeu qualquer resposta a esse convite, pelo que assim, não cumprimos Abril. Disse depois que queria fazer uma solicitação ao senhor Presidente da Câmara, na qualidade de, também Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, pois está prevista a criação do Centro Interpretativo do 25 de Abril, havendo perspetivas de que ele possa ser instalado em Santarém, pedindo que a CIMRL pressionasse no sentido de que isso acontecesse.----------

---

----------O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, não sem antes cumprimentar todos os presentes e felicitasse a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo reconhecimento de carreira que a senhora Ministra da Saúde lhe atribuiu, medalha de ouro, considerando justo e merecido este reconhecimento nacional, mas sobretudo um orgulho e uma grande honra para todos, tê-la como Presidente desta Assembleia Municipal. Respondeu depois ao senhor Joaquim Santiago dizendo que o Municipio de Porto de Mós teve muito gosto em receber o senhor Ministro da Agricultura e a senhora Ministra do Ambiente, para apresentarem, em plena serra, um programa de combate aos fogos florestais, mas sobretudo, a honra, é porque o concelho de Porto de Mós, e neste particular, a freguesia de Alqueidão da Serra, tem feito um trabalho que é um exemplo a nível nacional, através de uma AIGP, reconhecida por todos os intervenientes, e que aparentemente não é reconhecida pelo senhor Joaquim Santiago, que, como é hábito e porque é feito por pessoas que não são do seu partido, é mal feito, como tem sido apanágio da sua estada nesta Assembleia, ao longo dos últimos oito anos. Disse ainda que a estrada da Castanheira e da Cruz da Légua, está adjudicada, indo à próxima reunião de Câmara a respetiva concessão, para ter início durante o mês de maio, na pior das hipóteses no início do mês de junho, uma obra com um valor superior a meio milhão de euros. Esta é uma obra que não tem apenas pavimentação, tem também a substituição de condutas, sendo uma obra fundamental e que está a ser retomada agora, porque o tempo agora o permite, acrescentando que a decisão do executivo de não avançar com estas obras na altura que estava prevista, foi uma decisão correta, porque hoje, apesar da crise, está-se a conseguir levar a cabo estes trabalhos a custos inferiores aos que eram praticados antes das eleições, e a chover. Relativamente à questão das Juntas de Freguesias taparem os buracos, decorre de um acordo que foi feito com as Juntas. No que diz respeito ao Parque Verde, disse que as velas estão destruídas e que foi chamada a empresa para as substituir, e a manutenção diária, é da competência da Junta de Freguesia, assim como a questão da substituição de sinais. O Municipio de Porto de Mós, no acordo interadministrativo que tem com as Juntas de Freguesia, transfere uma verba, exatamente para a substituição de sinais. Sobre a questão dos arruamentos e do trânsito, de facto o Politécnico aventou uma sugestão de trânsito, que implica o alargamento de uma rua. A rua para ser alargada, tem que ter a cedência

por parte de privados. As pessoas cederam, deixavam abrir, mas não se podia tirar a oliveira que estava na extrema, o que o mesmo é dizer, que não cedem. Sobre a questão dos geradores, disse que pensa que o concurso está concluído, e serão entregues nos próximos dias, aos senhores Presidentes de Junta, porque ao contrário do que o senhor Joaquim Santiago tenta fazer passar, a sua palavra, tem sido, ao longo destes anos, honrada, e portanto os compromissos que assume, são para cumprir. Sobre a questão dos postes da Real Factory, se o senhor Joaquim Santiago quiser passar pela Câmara amanhã, mostra-lhe o pedido feito há mais de um ano, para os retirarem. Efetivamente há muita coisa para fazer, e no dia em que deixar de haver coisas para fazer, deixa de fazer sentido haver um executivo camarário ou uma Assembleia Municipal. Sobre o Mercado Municipal, disse que foi elaborado um projeto inicial que tinha um custo excessivo, face à sub utilização, que o mesmo tem. Assim, neste momento, está em estudo a instalação no espaço do Mercado Municipal, de uma Loja do Cidadão, associando-a ao atual mercado como uma refuncionalização, e garantir aí fluxos de pessoas, diariamente, que podem até eventualmente, a abertura diária do Mercado. Este projeto está em curso, e tem condições para ser financiado, ainda neste Quadro Comunitário. A situação do Pavilhão do Juncal, está incluído nestas despesas já manifestadas e que têm a ver com a tempestade, tendo já sido recebido um adiantamento. Disse ainda que o Pavilhão do Juncal, está em melhores condições que o de Porto de Mós, tanto que o Torneio da Vila não se vai poder realizar em Porto de Mós, realizando-se em princípio no Juncal. Sobre a questão colocada pelo senhor Fernando Campos, de facto o PDM, está em revisão. Neste momento aguarda-se a aprovação da REN pela APA, que é um instrumento obrigatório para ser associado ao PDM, que está concluído da parte do Municipio, desde agosto do ano passado. Está a tentar-se encontrar uma solução com a APA, por causa da REN. Logo que se encontre esta solução, vai ser remetida à CCDR a proposta de PDM, que irá depois para discussão pública, onde o senhor terá oportunidade de contestar ou de elaborar um contributo para esse PDM, que inevitavelmente terá de acontecer em 2026. Sobre a questão do senhor Abílio Pedro, disse que não conhece os fluxos da recolha de lixo, mas em alguns casos, por força do contrato que existe, não é possível aumentar rotas. O que se está a fazer é a duplicar contentores. Sobre a questão dos caminhos fazendeiros, disse que solicitava que os identificasse bem e remetesse à Junta de Freguesia, para que esta tente encontrar uma solução, se necessário, em conjunto com a Câmara Municipal. Sobre a questão colocada pelo senhor Telmo Conceição, disse estranhar, pois teve uma reunião com o senhor Telmo Conceição e com o senhor Vice Presidente, tendo ficado tudo esclarecido sobre aquilo que era a possibilidade ou não, de apoiar a ida desta exposição para França. Como não ficou esclarecido, disse que irá responder via *e-mail*, mas acha que não faz sentido fazerem-se reuniões onde se tomam decisões, e depois afinal de contas, a reunião não serviu para nada. Sobre a questão do Centro Interpretativo do 25 de Abril, já está decidido que será efetivamente em Santarém.----------

---

----------**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :----------

----------**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior**:----------

----------Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação a **ata nº 1 de 2026**, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, perguntando se alguém queria fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. ----------

----------Pediu a palavra o senhor deputado municipal **Rui Fernando Correia Marto (PS)**, dizendo que na página 104, se refere a intervenção que fez sobre a Estrada Nacional 243, mas que na resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara, nada se refere relativamente a esta questão, pedindo que a mesma seja reposta. Também o senhor deputado ***Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH)*** disse que, também na sua intervenção, a páginas 120 da ata nº 1 de 2026, se diz que "… *está tudo em carência habitacional,* ***mesmo*** *os que trabalham todos os dias e não conseguem ter uma casa*…", deve passar a ler-se "*está tudo em carência habitacional,* ***menos*** *os que trabalham todos os dias e não conseguem ter uma casa*…". Por fim, também a senhora ***Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, Patricia Pereira Santos (JFAS)***, disse que na página 111 da ata nº 1 de 2026, se diz que questionou sobre as rendas dos edifícios do Município, referindo que não foi ela que inquiriu sobre esse assunto, mas sim a ***deputada Municipal eleita pelo Partido Chega, Abna Rivca Simão Pato***. No que se refere ao reparo do senhor Deputado Municipal ***Rui Fernando Correia Marto, eleito pelo Partido Socialista***, constatou-se, ouvida que foi a gravação da sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro último, que efetivamente o senhor Presidente da Câmara não respondeu diretamente às considerações colocadas pelo senhor Deputado Municipal, sobre o estado da Estrada Nacional 243 e suas alternativas, tendo no entanto já abordado essa questão em resposta anterior, que consta no texto da ata a fls. 107, linha 9. ----------

----------Feitas que foram as alterações solicitadas, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação **a ata nº 1 da sessão da Assembleia Municipal, realizada em 27 de fevereiro de 2026**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.----------

---

----------A senhora Presidente passou a dizer que, chegou à Mesa da Assembleia uma moção subscrita por todos os partidos aqui representados, Partido Social Democrata, Partido Socialista, Chega e pela Deputada Municipal não inscrita, que a seguir se transcreve:----------

---

----------***Moção***----------

----------***Pela Requalificação Urgente da Estrada Nacional 243*** ----------

----------*O colapso de um troço da EN 243, entre o Livramento e Alcaria, no Concelho de Porto de Mós, levou ao encerramento total da via, afetando uma ligação essencial entre o concelho e a A1. Esta situação, ocorrida no decurso das últimas tempestades que assolaram com maior incidência a zona centro do País, deixam praticamente isoladas a União de Freguesias de Alvados e Alcaria e a*

freguesia de Mira de Aire, uma das maiores vilas do Concelho, e toda a zona envolvente. Com impactos muito significativos na vida das pessoas e das empresas, sobretudo ao nível da economia local e regional e no acesso à saúde e educação, em casos de emergência.----------

----------Trata-se duma via estruturante e fundamental para a ligação do interior com o litoral, afetando todo o fluxo rodoviário, inviabilizando a mobilidade dos residentes e das empresas, afetando de forma profundamente negativa o turismo e o aumento do trafego que sempre acontece no período do verão.----------

----------Urge uma avaliação técnica dos danos, identificar as causas do colapso e um plano da Infraestruturas de Portugal para a reposição integral da estrada e o respetivo calendário, que até ontem, dia 28 de abril, três meses depois das tempestades, nada tinha assumido ou transmitido formalmente ao Municipio. ----------

----------1. Em conformidade, a Estrada Nacional 243, está sob a tutela do Ministério das infraestruturas, representando um eixo rodoviário estruturante para o concelho de Porto de Mós e para toda a zona envolvente;----------

----------2. Considerando que decorreram mais de três meses, e ontem nada tinha sido transmitido ao Municipio, não se conhecendo nenhuma avaliação dos danos, calendário de intervenção e um prazo previsível para a reposição do referido troço;----------

----------3. Apesar da informação formal, enviada ontem ao Municipio pela Vice-Presidente das Infraestruturas de Portugal, que transmite que o projeto já está adjudicado e em fase de execução, prevendo-se a sua conclusão durante o mês de maio e o início da obra durante o de junho, é fundamental ter em consideração, que se trata da vida de milhares de pessoas e ainda da sobrevivência da economia local, que está a sofrer fortemente, sendo previsível o encerramento de várias empresas;----------

----------4. Considerando os sucessivos alertas da população e dos autarcas envolvidos, sem qualquer solução à vista e sem qualquer comunicação formal, até ontem, por parte do Governo e das Infraestruturas de Portugal;----------

----------5. Considerando o enorme descontentamento da sociedade civil e a sua crescente indignação, com movimentos de pressão e queixas formais que exigem o fim do isolamento das localidades afetadas;----------

*----------**A Assembleia Municipal de Porto de Mós, reunida na sessão de 29 de abril de 2026, delibera**:----------*

*----------1. **Exigir** ao Ministério das Infraestruturas e à empresa Infraestruturas de Portugal (IP) a requalificação imediata e total do troço degradado da EN 243, uma via estruturante para o concelho de Porto de Mós, cumprindo os prazos formalmente comunicados ontem ao Municipio de Porto de Mós;----------*

*----------2. **Destacar** e importância estratégica desta estrada para a coesão territorial e para a segurança rodoviária dos munícipes; ----------*

----------*3. **Manifestar** o forte descontentamento da população perante o adiar sistemático desta intervenção e o total silencio sobre a sua calendarização;* ----------

----------*4. **Reivindicar** que esta obra seja considerada prioritária no Plano de Investimentos do Estado, à semelhança de intervenções já realizadas com sucesso em outros troços, e que sejam respeitados os prazos informados na comunicação recebida ontem pelo Municipio;* ----------

----------*5. **Remeter** esta Moção, com caráter de urgência, ao Gabinete do Ministro das Infraestruturas, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica, ao Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal e à Comissão de Economia, Obras Publicas e Habitação da Assembleia da Republica.*----------

----------*Porto de Mós, 29 de abril de 2026."*----------

----------Passou depois a usar da palavra, o senhor Deputado Municipal **Júlio João Carreira Vieira eleito pelo Partido Social Democrata**, e subscritor do documento supra, que passou a apresentá-lo ao plenário. Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que esta moção "Pela Requalificação Urgente da Estrada Nacional 243" insere-se ainda naquilo a que se pode chamar a catástrofe que assolou a zona centro com as tempestades ocorridas a partir de janeiro. Antes de entrar propriamente na moção, aproveitou para fazer um agradecimento que acha que é devido, desde logo ao Executivo e aos Presidentes de Junta, porque houve muita gente envolvida, naquilo que foi a tragédia que aconteceu e no socorrer das pessoas, a trabalhar durante muitos dias e durante muitas noites e durante muito tempo, para ajudar as pessoas, e portanto queria agradecer essa ajuda que foi absolutamente determinante e vital. Muita coisa está ainda por resolver, e uma delas é esta questão da Estrada Nacional 243, achando que a Assembleia Municipal deve fazer sentir às entidades competentes, a urgência e a necessidade da reparação daquela estrada, muito importante para a circulação nestas zonas do concelho, tornando-a novamente transitável, passando a ler o documento acima transcrito.----------

---

----------**Rui Fernando Correia Marto (PS)**, usando da palavra, disse que assim que o senhor Deputado Municipal Júlio Vieira lhe ligou sobre a apresentação desta Moção, desde logo o seu Grupo Municipal se associou a esta situação. Pediu ainda ao senhor Presidente da Câmara, para falar com o Presidente das Infraestruturas de Portugal ou com o gestor aqui da zona, no sentido de, se faz sentido arranjar entre Alcaria e o Livramento, faz tanto sentido ter a acessibilidade que é referida na moção à A1, que seja arranjada em Moitas Vendas. ----------

---

----------**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PSD):**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que é óbvio, que se iria associar à aprovação desta Moção. Disse ainda que, iria aproveitar para falar sobre o tema, até porque tinha

esta intervenção preparada, passando a apresentá-la.----------

----------"*A Freguesia de Mira de Aire e a União de Freguesias de Alvados e Alcaria, representando cerca de 4 800 habitantes, enfrentam hoje uma situação perfeitamente inaceitável e insustentável, decorrente do corte abrupto da Estrada Nacional 243, na ligação ao concelho de Porto de Mós, agravada pelo corte da mesma via na zona de Moitas Vendas, no concelho de Alcanena. Para além deste universo de pessoas, este problema afeta também a restante população do concelho de Porto de Mós, e de todos aqueles que faziam da Estrada Nacional, a sua via prioritária, para se deslocarem na nossa região. Passados três meses, desde o corte abrupto da via, continuam ou continuavam sem respostas concretas, vivendo diariamente com constrangimentos graves na sua mobilidade, nomeadamente no acesso à sede do Concelho. Esta realidade, afeta diretamente trabalhadores, estudantes, empresas, e toda a dinâmica económica local. O comércio e a indústria, enfrentam dificuldades acrescidas, no abastecimento de mercadorias e transporte do produto final das suas empresas. Os restaurantes, pensam em fechar portas, enquanto que, o turismo, setor essencial para a região, já evidencía uma quebra de visitantes, nomeadamente nas Grutas de Mira de Aire e no Museu Industrial e Artesanal do Têxtil. As alternativas existentes, não são soluções viáveis. Apresentam piores condições, aumentam significativamente os tempos de deslocação, reduzem a segurança rodoviária e implicam custos adicionais para as famílias, algumas delas, com escassos recursos financeiros, e também para as empresas. Estamos no mês de maio, e a entrar numa fase crítica, com a aproximação da época balnear, período em que se intensificam as deslocações das famílias e também dos emigrantes, nomeadamente para acesso às praias e outros destinos. Manter indefinidamente esta situação, é continuar a penalizar uma população já fortemente afetada. Perante este cenário, apesar de ter sido publicitado recentemente um comunicado da Câmara Municipal, exigimos esclarecimentos claros, por parte da Câmara e do Governo Central. As populações, não podem continuar a viver da incerteza, nem a suportar os custos de uma situação que se arrasta, sem solução conhecida. Face ao exposto, solicito também ao senhor Presidente, que seja prestado um esclarecimento sobre o ponto de situação atual, bem como a previsão possível para a resolução do problema, sabendo nós que a tutela da Estrada Nacional, é das Infraestruturas de Portugal.*"----------

---

----------Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, começando por felicitar todos, por terem tido a ideia de lançar esta Moção, e sobretudo, por se terem associado na totalidade. Disse depois que passaria a fazer um breve resumo sobre aquilo que foi a intervenção do Municipio. A Estrada Nacional 243, encerrou no dia 4 de fevereiro. No dia 5 de fevereiro, falou, pessoalmente, com o senhor Ministro das Infraestruturas, que lhe transmitiu que a primeira avaliação que existia, porque já existia um projeto para a parte da reta, para haver uma intervenção de alguma dimensão, porque ela estava em abatimento. Esse projeto está ainda em condições de ser lançado, mas agora em conjunto com o restante. O senhor Ministro disse-lhe que esta não era uma

situação simples. No dia 13 de fevereiro, houve uma reunião técnica, no local. Na semana seguinte, foi dado início aos estudos para garantir de alguma forma, qual o tipo de intervenção que tinha que ser feita. Em simultâneo, no dia 18 de fevereiro, reuniu, com o Coronel de Engenharia nº 1, de Tancos, com o objetivo de colaborar connosco, no sentido de podermos contar com o exército para nos ajudar a fazer, aquela, chamada, estrada alternativa. No dia 27 de fevereiro, a Junta de Freguesia de Alvados e Alcaria, solicitou ao Municipio, dezenas de cadernetas prediais, para entregar às Infraestruturas de Portugal, dos terrenos, em baixo e em cima, daquela zona que está em colapso. Isto revela, que as Infraestruturas de Portugal, no tempo, razoavelmente curto (três semanas), teve a preocupação de solicitar as cadernetas por forma a estudar também, a intervenção nesses terrenos. Tivemos a colaboração da IP em relação à sinalização para as vias alternativas, e depois durante este tempo, tive a oportunidade de manifestar a preocupação quase diariamente, com o senhor Ministro, com o Secretário de Estado das Obras Publicas, Hugo Espirito Santo, com o Dr. João Morgado, Diretor das Infraestruturas de Portugal, com o Diretor Regional Vítor Sequeira, com o Pedro Inácio, com o Humberto Lopes, falando com eles de uma forma quase sistemática, a manifestar a preocupação, e de facto, disto resultou, depois de uma nova vinda a 17 de março, de uma equipa técnica ao local, resultou numa carta que enviei ao Presidente das Infraestruturas de Portugal, com conhecimento ao senhor Ministro, a solicitar informação e urgência na intervenção, e aquilo que esta moção solicita, no fundo, qual o tipo de intervenção que iria ser feita e o calendário para essa intervenção. Em simultâneo, pedimos também ajuda das Infraestruturas de Portugal, para colocação de guardas de proteção naquela via, entre Alcaria e Covão de Oles. Foi feita esta carta, e até hoje, não obtivemos resposta. Nessa altura, já em abril, solicitámos uma reunião com o exército, com a engenharia de Tancos, mais uma vez, com o objetivo de se estudar a possibilidade de haver aqui uma outra alternativa, que já mencionará. No dia 30 de março, os deputados da Comissão Parlamentar do Poder Local, fizeram uma visita à região, no âmbito da tempestade, tendo este assunto sido colocado em cima da mesa, como uma das preocupações da região. No dia 10 de abril, o senhor Presidente da Republica, esteve na região, e numa reunião na Marinha Grande, teve oportunidade de voltar a colocar a questão da preocupação, com o encerramento da Estrada Nacional 243. No dia 15 de abril, esteve presente na Assembleia da República, tendo sido chamado à Comissão do Poder Local, tendo voltado a manifestar a preocupação junto dos deputados desta Comissão. Finalmente, no dia 20 de abril, esteve na região o senhor Presidente da Assembleia da República, com todos os Grupos Parlamentares, e teve de novo oportunidade, de referir a preocupação que tinha e a ausência de respostas formais. Aquilo que a senhora Vice-Presidente das Infraestruturas de Portugal, lhe disse ontem por escrito, já lhe tinha sido dito por telefone, mas como se compreenderá, não assume um comunicado destes do Municipio de Porto de Mós sem que isto esteja escrito, e por isso, só ontem é que essa comunicação saiu. Com a vinda do senhor Presidente da Assembleia da Republica, e essa reunião com todos os Grupos Parlamentares que estiveram presentes, houve um Grupo Parlamentar

que pegou nessa preocupação e fez uma petição do Governo, e daí que tenha havido um acelerar desta resposta. O que aconteceu foi uma resposta ontem, às 17,49 horas. Voltando um pouco atrás disse sobre a reunião com o Regimento de Engenharia de Tancos, que a Câmara de Porto de Mós, solicitou a esta entidade estudar a possibilidade de colocar uma ponte móvel do exército, naqueles 70 metros, por forma a garantir o trânsito alternado entre viaturas ligeiras. Esta reunião no terreno, entre as Infraestruturas de Portugal, a Câmara e o Exército, vai realizar-se na próxima segunda-feira. Se for possível tecnicamente, com certeza que o Exercito estará disponível para o fazer, com a anuência das Infraestruturas de Portugal, porque de outra forma, isto não pode acontecer. Esta é a fita do tempo daquilo que foi feito durante estes últimos três meses, sempre na tentativa de encontrar soluções alternativas, porque tem bem a consciência das dificuldades que o concelho está a atravessar, e sobretudo as grandes dificuldades que vão existir no próximo verão, por se tratar de uma estrada estruturante, de ligação entre o interior e o litoral. Respondendo ao senhor deputado municipal Rui Marto, disse que a resposta que lhe foi dada pela senhora Vice-Presidente, sobre a situação aqui em Porto de Mós, foi dada também à Câmara Municipal de Alcanena, sobre a situação naquele concelho.----------

---

----------Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente pôs a votação a **Moção – Pela Requalificação Urgente da Estrada Nacional 243**, que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu, e que acima se transcreveu, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. --

---

----------**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho**:----------

----------**Patricia Pereira Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS:** ----

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o seu primeiro comentário decorre da resposta que o senhor Presidente da Câmara deu ao senhor Joaquim Santiago sobre a AIGP do Alqueidão da Serra. Disse que acredita que o senhor Joaquim Santigo não conheça a dimensão da AIGP do Alqueidão da Serra, tendo apenas visto o que apareceu na televisão, as setenta cabras, mas o projeto da AIGP do Alqueidão da Serra tem um reconhecimento a nível nacional, que pensa que é de valorizar. Lembrou ainda que este projeto é de uma Junta de Freguesia Independente e portanto não há aqui questões partidárias. Continuando, questionou, em relação à obra da cobertura da escola do Alqueidão da Serra, qual o ponto de situação, qual a previsão de execução desta obra. Depois, relativamente aos seus colegas Presidentes de Junta de Alcaria e Alvados e Mira de Aire, lamentou que não tivessem falado com ela, porque a freguesia de Alqueidão da Serra é uma das que sofre os danos colaterais daquilo que Mira de Aire e Alvados e Alcaria estão a passar, porque a nível de trânsito, a sua freguesia, nomeadamente os lugares de Bouceiros, Casal Duro, Covas Altas, Covão de Oles, Casais dos Vales e Alqueidão, têm um trafego completamente diferente daquilo que tinha, para caminhos e estradas que não estavam preparadas para este nível de transito. Tinha tido todo o gosto, em ter participado na intervenção

que fizeram. Se esta situação se mantiver, e por aquilo que se vê, vai manter-se durante algum tempo, deve pensar-se em fazer ali um reforço significativo da sinalética, porque todas as pessoas se queixam, principalmente por causa das viaturas pesadas, que por vezes se metem por caminhos muito difíceis. Isso preocupa-a, principalmente porque vêm aí as férias e na zona de Alqueidão da Serra há muito emigrantes que regressam nessa altura e vai ser muito complicado. Relativamente ao depósito da água do cemitério de Alqueidão da Serra, chamou a atenção sobre o desperdício de água que ali se verifica e que não se justifica. Referiu-se depois à situação dos cães errantes que continuam a circular em Alqueidão da Serra, pedindo alguma atenção para isso. ----------

---

----------**Carlos Manuel Amado Cordeiro – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga – MIAM:**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria começar por congratular o senhor Presidente da Câmara, o Municipio e a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, por terem vindo cá dois Ministros, que vão lançar aqui, um programa de apoio à pastorícia. Já existe esse exemplo no concelho de Porto de Mós, porque já existem cabras sapadoras há dez anos, e também já se apoia a pastorícia, em Porto de Mós, há meia dúzia de anos. Disse esperar, que com esta visita do Ministro, haja Municípios na região de Leiria, e não só, a apoiar a pastorícia, porque isso já existe por exemplo em Arcos de Valdevez, mas mais para baixo, não conhece nenhum Município que apoie a pastorícia. Disse depois que, viu no jornal "O Portomosense", que o Municipio de Porto de Mós, candidatou sete monumentos, ao programa Sete Maravilhas, perguntando qual foi o critério, porque fica triste que não haja nenhuma, nem de S. Bento, nem Serro Ventoso, nem Arrimal e Mendiga para ser candidatado, rematando que se diz que Porto de Mós, somos todos nós, mas às vezes não somos, e garantidamente, que na serra, também existe alguma coisa que mereça ser candidatada. Que Porto de Mós não somos todos nós, disse haver vários exemplos. As bicicletas elétricas só há em Porto de Mós, o Vamós não vai a todo o lado, os carregadores elétricos ainda não chegaram a todos mas tem a nota de que em breve serão uma realidade, agradecendo por isso ao senhor Presidente. Disse ainda que já vê dois cacifos para enviar e receber encomendas em Porto de Mós, perguntando porque é que não se fez uma reunião com a empresa e porque é que não se pôs um cacifo em todas as freguesias. Era uma mais-valia para todos. A sua freguesia, por acaso já tem, apesar de ter sido esquecida, já tem lá um cacifo e já está a funcionar. Ainda sobre os cacifos, perguntou quanto é que a Locky vai pagar pelo aluguer do espaço, para ter o cacifo. Agradeceu as tendas para a "Lagoa com Vida", bem como as massas betuminosas que disponibiliza às freguesias, mas uma coisa é tapar um buraco, em SOS, e outra coisa é tapar muitos buracos da responsabilidade da Câmara, achando que nesses casos, as massas deviam trazer um envelope financeiro. Por fim agradeceu à senhora Presidente da Assembleia Municipal, a homenagem que foi feita aos Presidentes de Junta no dia 25 de abril.----------

---

----------**Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH):**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que no período de intervenção aberto ao público, da reunião de 30 de dezembro de 2025, o senhor Presidente, informou este órgão de que existiam novos projetos aprovados para a Zona Industrial, prevendo-se o início das respetivas escrituras, nos dias imediatos. Passados vários meses, impõe-se fazer um ponto de situação claro e objetivo, perguntando qual é hoje o estado dessas escrituras e se as mesmas já foram celebradas, e se o executivo pode identificar quais as empresas envolvidas nesses projetos, se os processos já se encontram concluídos e se sim, o que é que está a impedir o arranque das obras. Chegaram-lhe indicações de que existiriam constrangimentos ao nível do cadastro dos lotes associados à implementação de uma nova plataforma. Importa esclarecer que problema concreto está em causa, qual o impacto real nos processos em curso e em que prazo prevê o executivo resolver esta situação. Disse ainda que esta preocupação não é abstrata, havendo sinais de que algumas empresas já poderão ter desistido, o que naturalmente é motivo de apreensão. Existe também aqui um ponto sensível, porque muitas dessas empresas dependem de financiamento comunitário, designadamente no âmbito do programa Portugal 2030 e do Centro 2030. Assim, questionou se a Câmara está a assegurar que estes atrasos não comprometem o acesso a esses apoios. Se houver perdas de financiamentos por motivos administrativos, poderá haver o risco da assunção de responsabilidades por parte do Municipio, perguntando se este está preparado para eventuais consequências a nível contencioso, por parte dos interessados. Estamos a falar de investimento e de criação de emprego, desenvolvimento económico no concelho, que exige clareza e prazos.----------

---

----------**Joaquim Jorge Rino da Graça Santos (PS):**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que trás aqui dois temas que são do conhecimento do senhor Presidente da Câmara, que já os tentou resolver, estando em causa a continuidade da instituição que é a creche das Pedreiras. Esta instituição fez um projeto para aumentar a sua capacidade para acolher 80 crianças, tendo-o candidatado ao PPR que o aprovou em 80% do seu valor. Iniciaram-se as obras e foram disponibilizados, num total de cento e oitenta e dois mil euros, setenta e nove mil e quinhentos euros, ficando em falta, cerca de cem mil euros. Os dirigentes, para honrar os compromissos, tiveram que contrair um empréstimo, que pôs em causa a solvabilidade da instituição e também dos dirigentes que deram avais pessoais. Não querendo que o Municipio se substitua ao PRR, mas como a Segurança Social incentivou esta obra porque era uma resposta social que estava deficitária, e porque as oitenta vagas foram de imediato ocupadas, disse que deixava aqui um desafio ao senhor Presidente: que seja atribuída uma verba a esta instituição para equilibrar a sua tesouraria e para que os seus órgãos sociais, possam dormir um pouco mais descansados. O outro tema que aqui trás, tem a ver com as descargas feitas por empresas na Ribeira das Pedreiras, que andam há bastante tempo, a poluir a Ribeira, pondo em causa a saúde publica, ficando as águas escuras causando danos a pomares

adjacentes. Nas últimas cheias, a Ribeira das Pedreiras alagaram uma grande extensão de terrenos ao longo desta, terrenos que hoje têm hortas e árvores de fruto, que ninguém sabe se estão contaminados, colocando em causa a saúde de quem consome aqueles produtos. Sabendo que o Municipio está a para da situação, disse que gostava que o senhor Presidente dissesse, o que é que já foi feito para resolver este problema, que todos acham que é grave.----------
---

----------**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**----------
----------Depois de cumprimentar todos os presentes, disse:----------
----------*"Querida Professora Doutora Clarisse Louro: receber uma medalha uma medalha de ouro de Sua Excelência a Senhora Ministra da Saúde, no Dia Mundial da Saúde, não é apenas uma distinção protocolar, é a entrada oficial num grupo restrito de personalidades, que moldaram a Saúde em Portugal. Ao aceitar esta condecoração, o seu nome, junta-se a figuras como Jorge Sampaio ou Odete Ferreira ou Fundação Champalimaud, vultos que tal como a Doutora Clarisse Louro, colocaram o serviço público e a dignidade humana acima de tudo. Mas nós sabemos que o seu ouro, não foi fundido em gabinetes, foi conquistado no terreno. O seu curriculum, brilha, mas não é ele que me faz aqui vir falar em nome do PSD, porque ele não consegue contar a história de quem levou o SNS e a dignidade humana aos quartos esquecidos do Bairro Alto, onde ensinou mulheres vulneráveis a cuidarem-se e a protegerem-se e as ajudou a encontrar dignidade, onde só havia degradação. E também não conta a história de quem levou esperança amor e cuidado, aos recônditos escondidos da nossa serra, com as suas enfermeiras estagiárias. Ali, entre o frio e o isolamento, não levou apenas cuidados técnicos, levou saúde pública, feita de proximidade, de cuidado, esperança e de amor ao próximo. Ensinou os seus alunos, que ser enfermeira ou enfermeiro, é ir onde ninguém quer ir, é ensinar pessoas a cuidar-se, é demonstrar que a Saúde é um direito que tem de chegar a todos, sem exceção, e que mesmo no último leito, a pessoa tem de ser tratada com dignidade e ser olhada com o coração, e isso sente-se naqueles que foram seus alunos. Com esta mesma sagacidade, de aliar a ciência ao amor ao próximo, formou exércitos de enfermeiros. Hoje o SNS, mantem-se de pé, porque existem milhares de enfermeiros, que aprenderam consigo que a enfermagem não é apenas uma técnica, é uma luta constante pela dignificação dos doentes e dos mais vulneráveis. Por tudo isto, e depois de uma vida a provar, que o amor ao próximo e o humanismo, são a alma da nossa ciência, é evidente que a Professora Doutora Clarisse Louro merece estar entre os Grandes. Esta medalha é sua, por justiça e por direito. A Senhora Professora Doutora Clarisse Louro, deixa, como marca de água, que a arte de cuidar é a maior das artes humanas. Mas a medalha não é metal, o ouro é de humanidade e de esperança. Os cerca de vinte e cinco mil portomosenses, têm muito orgulho em si, e os seus alunos, terão redobrado orgulho. Por isso, esta medalha, é o reconhecimento oficial do que já sabíamos. O humanismo é a sua bussola. O cuidar com amor, é muito mais do que um ato científico, é uma missão de vida, dedicada ao próximo. Muitos parabéns, Professora Doutora Clarisse Louro. Porto de*

Mós e Portugal, aplaudem-na e estão-lhe gratos. Obrigada." ----------

----------A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, bem como todas as que lhe têm sido enviadas por outros meios.----------

----------**Rui Fernando Correia Marto (PS):**----------

----------Usando da palavra, disse que queria fazer uma pergunta concreta ao senhor Presidente, pois teve a informação de que a central elevatória de esgotos, situada na Rua da Conduta Grande, em Mira de Aire, não está a funcionar, nem nunca funcionou. Há uma central elevatória ao fundo, que estará associada à fase 2 do saneamento e a informação que tem é essa, e se o senhor Presidente não sabe responder, agradece que tome conta da ocorrência e diga depois. Disse depois que ao longo dos últimos tempos, o concelho tem tido a visita de vários membros do Governo, e que se gosta sempre de receber membros do Governo, mas também se gosta que eles tragam alguma coisa para o concelho, nomeadamente funcionários para as Finanças, para a Conservatória, e para a área da Saúde. Disse que agradecia que o senhor Presidente tivesse este lamento em conta, para a próxima vez que vier aqui algum Ministro. Dizendo depois que, hoje está um pouco sentimentalista, irá apelar ao seu berço. Ao longo dos últimos tempos, tem-se visto, e quem está de fora, sentido, Mira de Aire como a Cova da Moura cá do sítio. Isto não é aceitável. Fez um levantamento do que se passa em Mira de Aire, e não dirá que as pessoas têm ou não razões para estar alarmadas, embora tenha a sua opinião. Do levantamento que fez, disse que em termos da ARU, pouco ou nada, ALE, pouco ou nada, saneamento, nada, Campo da Fiandeira, nada, médicos, alguma coisa, e agora a situação da Estrada Nacional 243. A ligação das Grutas, à zona da Palmeira, por estrada, ficou numa parede e num parque de estacionamento, superfície comercial, continua por aparecer, espaço de *cowork,* continua sem aparecer, bolsas de estacionamento, há algumas com seis, sete meses, com três postes lá no sítio. Casa da Cultura, o que sempre teve. Existem agora câmaras de vigilância e Mira de Aire toda envolvida na situação problemática de falta de segurança. Pediu ao senhor Presidente da Câmara bem como ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, que se fizesse o que é preciso fazer naquela vila, elevando a grandeza das pessoas daquela vila, e se houver problemas pontuais que se resolvam, ou pelo menos que se tente, porque esteve a ver a informação toda, que lhes foi facultada, e não se vê lá uma linha de trabalho social em Mira de Aire. Há o atendimento, sim, mas projetos concretos para se resolverem alguns dos problemas, não há nenhum.----------

----------**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**----------

----------Usando da palavra, começou por agradecer aos colegas que assinaram a moção, e que puseram os interesses do concelho, à frente, sem colocar questões partidárias neste tema, o que é muito salutar e deve ser reconhecido. Manifestou depois a sua preocupação com a situação da

Conservatória e das Finanças de Porto de Mós, dizendo não saber o que é que o executivo pode fazer, mas que alguma coisa tem de ser feita para se inverter esta situação. Não tem dúvidas de que esta é também uma preocupação do executivo, não nos podendo resignar a ficar sem serviços públicos em Porto de Mós.----------

---

----------O senhor Presidente da Câmara, antes de começar a responder aos anteriores intervenientes, disse que queria dar uma nota, porque acabou por não responder, involuntariamente, ao senhor Joaquim Santiago sobre a questão do Ribeiro do Juncal, e queria nota das obras que estão previstas no âmbito da recuperação, em consequência da tempestade. Assim, no Juncal, muros no Vale da Moita, no Picamilho, no Ribeiro do Juncal, no Andam, muro da Silmar, um muro também em consequência da queda de um talude na Rua João Coelho da Silva, no Juncal, e também na estrada da Anaia para a Batalha. Estas obras estão contempladas no exercício de justificação, dos tais, cerca de um milhão de euros de adiantamento, que foram recebidos, no âmbito das tempestades. Inclui-se aqui também, obras nos três pavilhões gimnodesportivos. Sobre as questões colocadas pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que a questão política que referiu, tinha a ver com a questão política do senhor Joaquim Santiago, e não era sobre a independência ou não das Juntas de Freguesia, porque para si, são todas independentes a partir do dia em que tomaram posse. A obra da cobertura da escola, disse, tem a necessidade de serem cortadas umas árvores. Houve atrasos significativos por parte da empresa que fornece a cobertura, também por força das consequências da tempestade, pensando que durante o mês de maio, esta obra ficará concluída. A questão da alternativa à EN 243, que foi colocada junto de Alcaria para Covão de Oles, o próprio executivo decidiu não fazer grande sinalética dela como alternativa, destinando-se mais a servir os locais que conhecem, e está interdita ao trânsito de pesados. A Infraestruturas de Portugal decidiu que a alternativa à EN 243, é pela EN 362 até Serro Ventoso, depois S. Bento para a Serra de Santo António ou para Alvados. Essa é a alternativa oficial e está devidamente sinalizada. Sobre a questão do depósito da água, o procedimento está em curso, pensando que nos próximos dias se iniciará a requalificação desse depósito, agradecendo à senhora Presidente que deu conta da situação em que estava esse reservatório. Sobre a matilha de cães, disse que já foi feita uma intervenção. Na altura houve alguma dificuldade em que a equipa do CRO, com as armadilhas conseguisse capturar esses animais. Tiveram ajuda da comunidade e eventualmente voltarão a ter, no sentido de se resolver a situação. Sobre a questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, efetivamente, no passado, houve um rebanho de cabras sapadoras oficial, através da Associação Vertigem. Hoje essa Associação já não tem este projeto em curso, e o que existe, é aquele que foi integrado na AIGP de Alqueidão da Serra, e é este que está neste momento a ser financiado. Outros poderão aparecer, podendo candidatar-se, até porque, como foi referido pela senhora Ministra e pelo senhor Ministro, existem trinta milhões de

euros para dar apoio a esta questão da pastorícia. Disse depois que colocou aqui algumas questões que decorrem de candidaturas, que estão apenas disponíveis para sedes de concelho. É o caso dos bairros sociais digitais, onde se inclui o cacifo, que não tem custos, é um projeto PRR, integralmente financiado, e portanto este projeto é que permitiu os cacifos. Quanto às bicicletas é exatamente a mesma situação. Está a aguardar-se que seja aberto o novo aviso, para se poder fazer uma candidatura para Mira de Aire. É isso que está previsto, a colocação de uma baterias de bicicletas no Largo da Igreja e outra nas Grutas de Mira de Aire. Tem que haver justificação para a candidatura, e que é o fluxo de turistas. Sobre a questão da candidatura às Sete Maravilhas, disse que este ano é sobre edificado, monumentos. Tem as categorias castelos, religião, arquitetura e engenharia religiosa, a história, o interesse histórico do edifício, as grandes obras de infraestruturas, o seculo XX, arquitetura e engenharia moderna, o seculo XXI, arquitetura e engenharia contemporânea, e turismo, interesse turístico de situações de grandes massas, ou seja, de consolidação de grandes fluxos de turismo. Pese embora, qualquer entidade se possa candidatar, e neste caso, as Juntas de Freguesia também podem fazer essa candidatura, o Município identificou sete situações em que podia candidatar-se, e foi o que fez. O critério foi, tentar olhar para o concelho no seu todo, e a partir daí, tentar identificar o património, que justifica essa candidatura. O castelo de Porto de Mós, entrou na categoria Castelos, como é normal que possa entrar, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, o Real Factory do Juncal, a reabilitação de um edifício histórico do seculo XXVIII, que hoje tem uma reabilitação contemporânea, a Via Romana de Alqueidão da Serra, pela sua importância histórica, sendo das poucas que ainda existe intacta, por assim dizer, e a Casa do Conhecimento, das Grutas de Mira de Aire, assim como a Igreja de S. Miguel no Juncal, uma referência religiosa e histórica de grande importância, e por fim, a Escola Básica Manuel Oliveira Perpétua, pela importância da sua arquitetura. São estes os edifícios que foram candidatados, com um olhar de amplitude concelhia, como este tipo de candidaturas o justifica. Sobre a questão das massas betuminosas, foi solicitado este apoio às Juntas de Freguesia, e é assim que deve ser, trabalhando em conjunto. Isto nunca poderá ser um negocia. As Juntas de Freguesia disponibilizaram os seus recursos humanos, para solucionar um problema, que o Municipio não toinha, e dificilmente terá, neste momento, condições para resolver, fornecendo as massas e as Junta de Freguesia, têm felizmente, dado resposta às suas comunidades. Quanto às questões colocadas pelo senhor Ricardo Gomes, disse que de facto existe um problema com a plataforma da DGT, mas que neste momento já está resolvido. Agora o momento é o do registo dos prédios nas Finanças, para depois se iniciar um novo processo nas Conservatórias para fazer a inscrição e finalmente se poder fazer a escritura. Esclareceu ainda que a antiga plataforma foi descontinuada por decreto lei, tendo entrado em funcionamento a nova plataforma, sem ter havido um projeto piloto. Apesar dos enormes constrangimentos, temos a vantagem e o benefício de ter cadastro vetorial. Disse ainda que não está em risco a compra dos lotes pelas empresas, nem estão em risco situações de apoio pelo Portugal 2030, e nos casos em que foi solicitada, foi enviada a justificação.

Espera que se resolvam estes problemas para que se possa avançar definitivamente com o processo, até porque a Câmara precisa desse encaixe financeiro, da venda dos lotes, para poder avançar com a compra de mais terrenos para a fase seguinte da ALE. Sobre as questões colocadas pelo senhor deputado Joaquim Santos, disse sobre a creche das Pedreiras, que se trata de um processo complexo, que justificou a sua intervenção junto da equipa do PRR. Apesar do sistema estar em baixo, não houve anuência para essa questão, e o financiamento, não aconteceu. Estão em falta, em relação ao compromisso, cerca de cem mil euros. Disse ainda que o empréstimo já está liquidado, e que a Câmara já atribuiu apoios. Num primeiro momento vinte mil euros e mais recentemente, mais quinze mil. A Câmara não virou as costas à instituição, tanto na tentativa de resolver o problema como na atribuição de apoio financeiro. Sobre a Ribeira das Pedreiras, disse ter conhecimento, estando a ser elaborado um projeto para a requalificação de toda a Ribeira, que mereceu o apoio da APA para ser financiado. Sobre a questão de que o senhor deputado falou, efetivamente foram identificadas algumas descargas tendo esses factos sido comunicados às autoridades, e que são situações que ultrapassam o âmbito de atuação da Câmara Municipal, porque se tratam de crimes ambientais, que têm que ser tratados em sede própria. A deputada Olga Silvestre fez aqui um justo e merecido reconhecimento à doutora Clarisse Louro. Sobre a questão colocada pelo deputado Rui Marto, relativamente à central elevatória, disse que como o senhor deputado sabe, esta central não foi agora construída por causa desta fase do saneamento, já existia, e quando se pretendeu ligar o saneamento, isso não foi possível, porque o equipamento estava obsoleto, e nalguns casos, inoperacional. Foram substituídos alguns equipamentos e foram reparados outros, sabendo que ficou a funcionar, mas que ainda assim irá avaliar. Sobre a questão dos funcionários das Finanças e da Conservatória, e também do Tribunal, colocada também pelo deputado Júlio Vieira, disse que no próximo dia 7 de maio, tem uma reunião com o Ministério das Finanças, a pedido da Câmara. Esta reunião tem como objetivo, disponibilizar-se a ser parte, se houver a abertura de um concurso de mobilidade, quer para a Conservatória, quer para as Finanças, de uma forma colaborativa. É também objetivo, levar ao Secretário de Estado esta preocupação, dando a conhecer ao Governo a situação que se está a viver no concelho de Porto de Mós. Relativamente ao Tribunal, disse que recebeu ontem, da parte do Instituto de Gestão Financeira, o contrato interadministrativo que irá à próxima reunião de Câmara para ser aprovado pelo executivo, que prevê que a Câmara contrate uma obra de requalificação de todo o edifício, no valor de cerca de sessenta mil euros, pagando o Ministério da Justiça, a contrapartida dessa intervenção. A senhora Ministra da Justiça entende que é mais fácil e ágil, ser o Município a fazer a obra. Se o Ministério da Justiça quer investir neste edifício, é porque não o quer descontinuar. Sobre a questão de Mira de Aire, disse que o senhor deputado Rui Marto, está aqui a referir algumas situações, que em sua opinião, têm algum carater de injustiça. Não se pode relativizar o que já se fez, e valorizar apenas o que ainda não se fez. O que se fez nos últimos oito anos foi muito, tendo feito mais neste tempo, do que os anteriores executivos em muitos anos. Vir aqui com alguma dose

de populismo, relevar tudo o que não se fez ignorando o que se fez, também não lhe parece bem. De facto, não foi apenas um estacionamento, foram vários, e foram a pedido da população, tendo sido intervenções muito importantes para a comunidade de Mira de Aire. Disse ainda que lhe pode mostrar, que, há mais de um ano que foi pedido à e-redes e as empresas de comunicações, para retirarem os postes. Disse ainda que a zona industrial tem todos os lotes vendidos. Também já reuniu com um gabinete de arquitetura, para fazer o projeto para a segunda fase. Sobre a ARU, foi contratada uma empresa para fazer a ARU e uma nova delimitação e no próximo mês de maio vai-se começar a trabalhar em Mira de Aire. Quanto à câmara de videovigilância, neste momento estão no Comando Nacional da GNR, e está a ser preparado um documento final que será remetido para a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Disse que espera que em breve essas câmaras possam ser instaladas, não tendo duvida de que este será um instrumento fundamental para a dissuasão e também para acalmar algumas pessoas. Sobre o trabalho social, disse que não faz grandes comentários, até porque têm sido criticados pelo facto de se fazer trabalho social em Mira de Aire. As viaturas são caracterizadas e o trabalho social, é fundamental que seja feito transversalmente em todo o concelho de Porto de Mós. Este trabalho social está a ser feito pelo Município, no âmbito do processo de descentralização de competências. Está a ter uma eficácia muito grande, porque estamos a fazer trabalho descentralizado e localizado em cada uma das freguesias, e sobretudo onde mais é necessário, dizendo que, dos relatórios que lhe chegam, este trabalho tem sido determinante, até para identificação de alguns casos, que eventualmente, quer a comunidade, quer a própria Junta de Freguesia, ainda não tinha conseguido identificar. Está muito tranquilo com o trabalho social que tem sido desenvolvido no concelho de Porto de Mós, muito eficaz e que responde àquilo que é a sua ambição e que tem sido a estratégia deste executivo, que é colocar as pessoas em primeiro lugar.----------

---

----------**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**----------

----------**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:** ----------

----------A senhora Presidente referiu que tem representado em eventos para os quais tem sido convidada. Acrescentou ainda que a Presidente da Assembleia foi convidada pelo 1º Ministro, para a apresentação do Plano de Transformação Recuperação e Resiliência, apresentado ontem, mas por motivos de saúde, não pode estar presente. A ANAM tem realizado várias conferências sobre a arquitetura do Poder Local, onde tem estado presente. Irá também estar presente na Sessão Comemorativa do X Aniversário da ANAM, a realizar no próximo dia 7 de maio, sendo este convite extensivo a todos os membros da Assembleia Municipal. Referiu depois que na última sessão desta Assembleia, realizada a 27 de fevereiro último, a senhora deputada do Chega Abna Pato, fez aqui uma intervenção que tem a ver com algumas reclamações efetuada pela Associação de Pais. Tendo estas declarações sido objeto de notícia no jornal, disse ter recebido da Associação de Pais um *e-mail*, que lhe pediram para ler, o que passou a fazer, e que a seguir se transcreve:----------

---

----------*"Exmos. Senhores,*----------

----------*A Direção da Associação de Pais do Centro Escolar de Porto de Mós vem, por este meio, pronunciar-se relativamente à situação ocorrida na Assembleia Municipal no passado dia 27 de Fevereiro, envolvendo a leitura pública de um e-mail previamente enviado a uma deputada da Assembleia Municipal.*----------

----------*Cumpre-nos esclarecer que a referida comunicação foi realizada por iniciativa individual da então Presidente da Direção, não tendo sido previamente partilhada, validada ou aprovada pelos restantes membros.*----------

----------*Na sequência dos acontecimentos, informamos que a então Presidente apresentou a sua demissão do cargo.* ----------

----------*A atual Direção lamenta o eventual desconforto ou constrangimento causado por esta situação, sobretudo por ter originado um momento de tensão num espaço que deve privilegiar o diálogo institucional, respeitador e construtivo.*----------

----------*Reafirmamos que a Associação de Pais do Centro Escolar de Porto de Mós é uma entidade cívica, independente e apartidária, cuja missão se centra exclusivamente na representação e defesa dos interesses das crianças e das suas famílias, promovendo uma relação de cooperação positiva com toda a comunidade educativa e com o Município.*----------

----------*Neste contexto, importa sublinhar que a atual Direção não se revê em qualquer atuação que possa ser interpretada como motivada por interesses de natureza pessoal ou partidária.*----------

----------*Reiteramos, por fim, o nosso respeito institucional por todas as entidades envolvidas e manifestamos total disponibilidade para continuar a colaborar de forma construtiva, transparente e responsável, em prol do bem-estar da comunidade escolar.*----------

----------*Informamos que damos autorização para que o presente esclarecimento possa, se assim o entenderem, ser lido na próxima Assembleia Municipal.* ----------

----------*Com os melhores cumprimentos, (A Direção, Associação de Pais do Centro Escolar de Porto de Mós). "*----------

---

----------A senhora Presidente pediu aos senhores deputados que, antes de trazerem aqui assuntos que dizem respeito a terceiros, afiram da veracidade dos mesmos, pois a não serem verdade, podem causar alguns constrangimentos neste fórum. ----------

---

----------Seguidamente passou a dizer que, como todos sabem, comemoram-se este ano, os 50 anos do Poder Local – Democracia, Proximidade e Desenvolvimento ao serviço das comunidades. A Assembleia Municipal, em parceria com a Câmara Municipal, iniciou estas comemorações, com a homenagem aos senhores Presidentes da Câmara e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, desde 1976, altura em que se realizaram as primeiras eleições autárquicas, livres. Assim, ao longo

deste ano, a Assembleia Municipal, em parceria com a Câmara Municipal, vai promover um conjunto de iniciativas, que terão, como ponto alto, o lançamento de uma obra dedicada à sua história, ao seu papel e às suas gentes, coordenada pelo historiador, doutor Kevin Soares. No último semestre do ano, contar-se-á com um ciclo de conferências, com personalidades de reconhecido mérito, que ajudarão a refletir sobre o passado, o presente e o futuro do Poder Local e da Democracia. No dia 12 de dezembro de 2026, o dia em que se perfazem os 50 anos, sobre esta data, será lançada esta obra comemorativa. Esta obra será um esforço de valorização da memória coletiva, reunindo documentação, testemunhos e percursos, que ajudam a compreender o significado do Poder Local na construção da Democracia e em especial da Assembleia Municipal. Far-se-á também uso da história oral, que já demonstrou o valor destes testemunhos, nas obras já lançadas aquando dos 50 anos do 25 de abril, capazes de captar dimensões humanas, vivências e perceções, que os documentos escritos, nem sempre revelam. ----------

---

----------**2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025 - (Apreciação, discussão e votação**); e **3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2025 - (Apreciação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a fazer a seguinte intervenção:----------

----------"*É com elevado sentido de responsabilidade e compromisso, que apresentamos o Relatório de Prestação de Contas do Municipio de Porto de Mós, relativo ao ano económico de 2025. A divulgação deste documento, assume-se como um ato fundamental de responsabilidade politica e democrática, reafirmando o compromisso com a transparência na gestão de recursos públicos, e com a prestação de contas, perante os cidadãos. Este é um exercício de rigor e de proximidade que evidencia o grau de cumprimento do ano anterior, mas que tem na sua base, um plano, uma estratégia e um projeto, que não começou nem terminou, no anterior mandato. É sobretudo um exercício dos compromissos assumidos com a população de Porto de Mós, reforçando a confiança entre eleitos e eleitores, e valorizando a participação cívica na construção do nosso futuro coletivo. Como tal, o ano de 2025, ficou marcado pela continuidade de desafios, que já se vinham fazendo sentir nos anos anteriores. As dinâmicas geopolíticas com as suas repercussões na economia global, refletiram-se de forma muito significativa, nos contextos nacionais e também locais, condicionando o enquadramento da atuação das autarquias e exigindo respostas, cada vez mais ajustadas e responsáveis. Apesar deste contexto exigente, o Municipio de Porto de Mós, manteve uma atuação, pautada pelo rigor, pela prudência e pelo sentido estratégico, procurando assegurar a estabilidade financeira, a continuidade do investimento público e a resposta eficaz às necessidades das famílias, das instituições e do tecido económico local. Esse, vem sendo de resto, o objetivo último deste executivo municipal que é elevar os índices de qualidade de vida e a atratividade das famílias, empresas e turistas. Ao longo do ano, o Municipio de Porto de Mós, promoveu um conjunto diversificado de iniciativas, com vista à melhoria do bem-estar da população e ao fortalecimento do desenvolvimento económico local,*

a cultura, o desporto e o turismo da região. Em 2025, o Município de Porto de Mós, apresentou uma taxa de execução da receita, de 89,94% e de despesa de 72,47%. O valor da receita cobrada, atingiu, quarenta e três milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e seis euros e vinte e cinco cêntimos, enquanto a despesa, se fixou em trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil, novecentos e noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos. Apesar do objetivo de alcançar o nível de execução da despesa mais elevado, este ficou aquém do esperado, sobretudo devido aos atrasos verificados na execução de obras financiadas pelo PRR. Na área social, demos continuidade, ou foram implementados programas de apoio às famílias, com especial atenção às crianças, aos idosos, e às pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo a inclusão e a coesão social. Encontram-se em execução, importantes investimentos na área da educação, nomeadamente a obra de reabilitação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós, um projeto estruturante, que reforça as condições de ensino e aprendizagem no concelho, mas também a reabertura da Escola do Tojal, devido ao aumento substancial do número de alunos, mais uma vez, em linha com a estratégia definida por este executivo, no aumento da população, situação que, felizmente, se tem vindo a verificar. Foram também reforçados os serviços de Saúde e Educação, através de parcerias com instituições locais e de investimento em infraestruturas e recursos humanos, assegurando um acesso mais amplo, qualificado e sustentável, aos nossos cidadãos. Neste âmbito, encontra-se em execução, a reabilitação do Centro de Saúde de Porto de Mós, um projeto estruturante, que visa melhorar as condições de atendimento e reforçar a qualidade dos serviços prestados à população no domínio da Saúde. No domínio do desenvolvimento económico, o Municipio tem apoiado o tecido empresarial local, incentivando o empreendedorismo, promovendo iniciativas de capacitação profissional, inovação e modernização dos negócios. Com a candidatura e implementação dos projetos dos bairros comerciais digitais, pretendemos aproximar os nossos comerciantes às novas tecnologias e neste particular, aos seus clientes. Associado a este investimento, integralmente financiado pelo PRR, importa referir a modernização de infraestruturas de comunicação e informação, que tem por base, equipamento e software alinhados com as políticas das smart cities. Importa ainda referir, a instalação de mais de uma dezena de jovens empreendedores na Real Factory, do Juncal, com o objetivo de impulsionar a economia, a inovação e o conhecimento, oferecendo infraestrutura tecnológica, apoio a startups e empresas inovadoras, fortalecendo a competitividade do concelho. Além disso, encontra-se em fase de instalação, o CES Mineral – o Centro para a Sustentabilidade em Recursos Minerais, que funcionará como um polo estratégico de investigação, formação e valorização dos recursos minerais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da indústria local, cada vez mais importante para o desenvolvimento económico do nosso concelho. Projetos de valorização do turismo e do comércio tradicional, têm igualmente dinamizado a economia do concelho, promovendo a identidade cultural e o património histórico de Porto de Mós. Estas ações, refletem o compromisso da autarquia, em conciliar desenvolvimento económico,

coesão social e valorização do território, colocando sempre a população no centro da sua atuação. Durante o exercício de 2025, foi feito um esforço significativo, para captar receita, em especial, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitindo concretizar investimentos, que de outra forma, seriam muito difíceis de realizar. A nossa ação, manteve sempre a estabilidade financeira, assegurando, que todas as decisões fossem tomadas com prudência, rigor e sentido de responsabilidade. Nesse contexto, foi possível também captar verbas do Centro 2030, para projetos estruturantes, como é o saneamento da Cumeira, Albergaria e outros lugares, e o Eco Parque Verde da Calvaria de Cima, reforçando a qualidade de vida da população, e sobretudo, a sustentabilidade ambiental do concelho. Construir e apoiar, é a nossa missão contínua. O nosso compromisso com os munícipes, vai muito além da obra física, abrangendo áreas essenciais, como a educação, a cultura, o ambiente, a mobilidade, o turismo, a coesão social, a capacitação e o fortalecimento da rede de serviços sociais. Cada projeto que implementamos, tem um objetivo claro, melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover a igualdade de oportunidades para todos. Trabalhamos diariamente para transformar as necessidades da população em soluções concretas e eficazes. Nós sabemos que os desafios são constantes, mas a capacidade de propor e implementar projetos que beneficiam a comunidade, é também o que nos motiva. É por isso que as contas certas, a gestão cuidada e a bem sucedida capacidade de captar receita, que vai para além da chamada receita normal, que são as transferências do FEF e os impostos, tem mais uma vez, um impacto positivo nas contas do Municipio, sobretudo na execução de obras com recurso a financiamento através de fundos europeus. É também por isso, que o saldo de gerência que transitou para o ano de 2026, cerca de 10,4 milhões de euros, é coerente com essa política, que garante a capacidade de investimento municipal, forte, constante, continuo, e preferencialmente feito com recursos próprios, embora, como temos referido várias vezes, consideremos que a gestão municipal, não se faz em função do dinheiro disponível na conta bancária mas essencialmente, pela implementação de politicas e projetos que alavanquem o concelho e o posicionem num elevado patamar de desenvolvimento, sempre, a ombrear com os melhores. Este valor do saldo de gerência é igualmente o maior de sempre registado até hoje no Municipio de Porto de Mós, e curiosamente acontece no ano em que se concretiza a maior despesa de capital de sempre, mais de 13,3 milhões de euros. Destaco também a receita de capital, superior a 14 milhões de euros, que somado ao saldo de gerência transferido do ano anterior, e em grande medida para reforço de rubricas de capital, verificamos uma receita de capital superior a 20 milhões de euros. No que concerne à divida registada no final do exercício, cerca de 3,3 milhões de euros, e que regista um aumento de cerca de 800 mil euros, resulta do levantamento do empréstimo de 3,5 milhões aprovado por esta Assembleia para o saneamento da Cumeira e outros lugares, e a sua posterior amortização em cerca de 2,3 milhões de euros face à aprovação do financiamento comunitário, para esta obra. Ou seja, referente a esta obra, o Município tem uma divida à banca de cerca de 1,3 milhões de euros. No entanto, continuamos

muito longe do limite do endividamento, legalmente calculado para esta autarquia, que é de cerca de 33 milhões de euros, pelo que não haverá impedimentos a este nível também, para o futuro próximo, e que uma vez mais releva a cuidada gestão financeira, mas sobretudo a cautela de investimentos significativos no futuro e que certamente necessitarão de apoios financeiros da banca, para a sua concretização, como é o caso do saneamento e requalificação das redes de águas em diversos lugares das freguesias de Pedreiras e do Juncal. Do Relatório do ROC, importa destacar que em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Municipio de Porto de Mós, é positiva. A poupança corrente de sete milhões, seiscentos e vinte mil euros, com um aumento de 15,9% face ao ano anterior, reflete um montante, extremamente confortável. Face ao ano anterior, o resultado líquido do Município, aumentou 94,93% para dois milhões, quinhentos e sessenta mil euros e melhorou em cerca de um milhão duzentos e quarenta e sete mil euros, embora aqui deva referir aquilo que tem referido ao longo destes últimos oito anos. Numa Câmara Municipal, o que menos importa, é o resultado líquido do exercício. Se eventualmente tivermos resultado negativos, não será por má gestão, será eventualmente por compromissos que vamos assumir, e que impactam negativamente, no imediato, no resultado final das contas. Finalmente, reafirmar que o nosso sentido de estar nestas funções, é direcionado para ter sempre orgulho no trabalho realizado e com sentido de responsabilidade do muito que falta fazer. Mas sobretudo com muito empenho diário, para concretização de todos os nossos compromissos. Os Municípios, estão na linha da frente, na resposta a desafios cada vez mais complexos e exigentes, que requerem capacidade de decisão rápida, eficácia operacional e solidez técnica. Neste contexto, as autarquias assumem um papel determinante na garantia de respostas atempadas perante fenómenos inesperados e de elevada intensidade. Por isso, senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, permitam-me uma pequena referência à tempestade Kristin que afetou a região, no final de janeiro de 2026, e que provocou danos significativos nas infraestruturas publicas e privadas, designadamente, na rede viária, em equipamentos municipais e no património edificado. Perante este cenário, impôs-se uma resposta imediata, articulada e tecnicamente sustentada, baseada na mobilização de meios operacionais e na implementação de intervenções de reposição e mitigação dos impactos adversos, com vista à salvaguarda de populações e à reposição das condições de normalidade. Queria reiterar agora esta questão, porque nós fizemos isto tudo, e quando digo nós, falo de todo o universo das pessoas que estiveram na linha da frente, sem comunicações. Nos tempos que correm, nós não sabemos viver sem comunicações. Este episódio veio reforçar a importância do planeamento estratégico, da prevenção e da gestão do risco ao nível local, bem como da cooperação institucional na proteção das populações e na salvaguarda dos bens, onde os autarcas, sobretudo de freguesia, tiveram e têm um papel fulcral. O que o concelho de Porto de Mós, tem vindo a melhorar, é fruto do esforço conjunto, que envolve, para além dos eleitos, trabalhadores municipais, os nossos parceiros locais, e acima de tudo os munícipes, e todos quantos escolheram este concelho para viver. A todos, deixo o meu mais

sincero agradecimento, pelo empenho e pela confiança depositada nesta governação. Quero agradecer ao Chefe de Divisão Dr. Rogério Nunes e à sua equipa do Gabinete de Contabilidade, ao meu Gabinete de Apoio, bem como aos Vereadores Eduardo Amaral, Telma Cruz, Marco Lopes e Pedro Vala, pelo contributo, empenho e disponibilidade para a execução deste relatório e todos os documentos de suporte, que uma vez mais revela transparência, objetividade, de fácil leitura, e também de análise. Agradecer aos dois Vereadores da Oposição, ao Fernando Gomes e a Licinio Ferraria, que votaram favoravelmente este documento, e que revela a confiança no desempenho deste executivo. E aos dez Presidentes de Junta de Freguesia, pelo trabalho que tem sido desenvolvido em conjunto, pela confiança que foi demonstrada no último ano do anterior mandato, e agora, ao longo destes meses do novo mandato. Finalmente, agradecer às senhoras e senhores Deputados, pelo sentido critico, pedidos de esclarecimento e sugestões, mas também pelo apoio, confiança e estímulo, para que o nosso concelho vá vencendo as adversidades, sempre com o objetivo de reforçar a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Cada cidadão, cada iniciativa e cada esforço diário, contribuem para construir uma comunidade mais justa, dinâmica e preparada para o futuro, porque, Porto de Mós, somos todos nós."----------

----

----------**Patricia Pereira Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS**: -

----------Usando palavra, passou a dizer que a Câmara Municipal, financeiramente, está de boa saúde, tendo uma excelente autonomia. Embora a liquidez tenha descido, não coloca nada em causa, estando no seu justo equilíbrio. Verifica-se que há um aumento do ativo, subindo cerca de nove milhões, ainda que com recurso, a grande parte do passivo, o que reduzindo autonomia, não coloca de todo, nada em risco, e tomaram as empresas deste País terem autonomias de 86%, que é o que a Câmara aqui apresenta. A nível dos resultados, verifica-se um resultado positivo de 2 milhões, que é suportado, em grande parte, por uma grande redução das amortizações, que também é de 2 milhões. Pegando nas palavras do senhor Presidente, "*o que menos importa é o resultado do exercício*" e "*a gestão não se faz com o dinheiro disponível na conta bancária*", disse que este tem toda a razão, mas quando se tem 2 milhões de resultado e 10 milhões de saldo de gerência, salientou a necessidade que as freguesias têm de ver os caminhos e as estradas mais bem tratadas, bem como os lugares que não têm saneamento básico, sendo este uma necessidade primária e perante estes números, é possível fazer mais. Colocou depois uma questão, que lhe surgiu quando leu o relatório e que tem a ver com a constituição de uma provisão de novecentos e vinte e cinco mil euros, relacionada com um processo que não está aqui identificado. Perguntou em que ano é que foi constituída esta provisão e a que processo se refere.----------

----

----------**Abna Rivca Simão Pato – (CH)**: ----------

----------Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara sente

alguma preocupação relativamente à questão que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra lhe colocou, e que é também a sua. Disse ainda que fez alguma pesquisa, tendo ficado com a impressão de ser algo com a *e-redes*, pedindo esclarecimentos sobre o assunto.----------

---

----------**Rui Fernando Correia Marto (PS):**----------

----------Usando da palavra, disse que a sua bancada tem levantado repetidamente a questão da quantidade de rubricas que são "empurradas" para a frente, e mais uma vez existe um conjunto enorme de rubricas "empurradas" para a frente, e não é por falta de dinheiro, pois ficando dez milhões por utilizar, não será por falta de dinheiro. Disse depois que queria relevar 53,74% de execução anual, do plano plurianual de investimentos, sobrando um valor superior a dez milhões, havendo áreas que os deixam claramente desconfortáveis, por não haver mais investimento. O senhor Presidente vai-lhe dizer que fez muito investimento, mas tem capacidade para fazer muito mais, conforme os números assim o indicam. É sobre esse mais que queria falar. Se se tiver em conta que está aqui uma execução de vinte e sete mil euros na habitação, isso é muito pouco, para a crise que se atravessa, a menos que aqui não haja crise, e nesse trabalho que não se vê, e que é feito todos os dias no âmbito do desenvolvimento social, que se chegue à conclusão que não há, mas ainda assim, arrisca que há pessoas e casais que não estando enquadrados nos critérios da necessidade de apoio social, se tiverem algum apoio na habitação, não fica mal ao executivo, achando até que é esse o seu pensamento, quando aprovou um regulamento de apoio às rendas, perguntando se já foi investido algum euro nesse programa. Referiu-se depois às situações de alcatroamentos, dizendo que concorda com o senhor Presidente quando este diz não querer apenas alcatroar estradas, e deve-se ver como é que a via está ao nível de infraestruturas, e só depois pavimentar. Disse ainda que houve de facto de grande investimento do saneamento da EN8, mas depois não há muito mais que isso, pedindo que estes números sejam invertidos. Disse depois, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que existem aqui algumas áreas que carecem de um novo impulso, tendo falado já das águas e dos saneamentos, das vias públicas e sobre a zona industrial, o senhor Presidente já deu a resposta. Terminando, disse que a sua bancada votaria a favor.----------

---

----------**José Gabriel Pires Vala (PSD):**----------

----------Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer:----------

----------"*Estamos hoje a analisar um documento, a prestação de contas e exercício de 2025. A análise e discussão do documento Prestação de Contas e Relatório de Gestão, que anualmente vem a esta Assembleia, revela sempre alguma importância e responsabilidade. Apesar de ser um documento um pouco técnico, a forma como nos é apresentado, é de fácil leitura, bem elaborado, bem explicado e com muita transparência, por isso, esta Assembleia estará sempre*

segura com a sua votação, podendo mesmo assim suscitar algumas dúvidas que merecem esclarecimentos. A Prestação de Contas tem como principal objetivo, verificar a execução do orçamento anterior, a gestão a e ação do executivo, aplicação dos recursos e a sua análise e desvio em relação ao previsto. Ao lermos este documento, podemos assim concluir que houve uma gestão rigorosa, à semelhança dos anos anteriores, com critério e grande responsabilidade. Um ano exigente, com grandes projetos e grandes obras, que proporcionou o maior orçamento de sempre, deste executivo e dos executivos anteriores. Estamos a travessar uma época um pouco atípica, com grande dificuldade em encontrar quem execute. Concursos desertos, preços muito acima do previsto, obriga por vezes a arrepiar caminho e a ter de tomar outras opções, que depois se refletem, tanto no grau de execução como nos custos. Para haver projetos e investimentos, tem que haver recursos. O ano de 2025, foi um ano interessante em termos de receita, o que proporcionou ao executivo, com grande sentido de organização e boa gestão, fazer obras e investimentos de grande significado para o nosso concelho. A taxa de execução na receita, foi de 90%, cerca de 43 milhões de euros. Além das receitas da administração central, que representaram 57%, também a receita de impostos, teve um significado relevante, cerca de 19%, proveniente de receitas de IMT, IMI, IUC, etc., o que demonstra que a procura pelo nosso concelho e a economia local, está a crescer, fruto de muito trabalho e dinamismo para atrair pessoas e empresas. Também de enorme significado, os fundos comunitários, para fazer face aos projetos de investimento realizados e em curso no nosso concelho, que cobriram mais de 30% da receita, cerca de 21 milhões de euros. Gostaria de salientar, o excelente trabalho que tem sido desenvolvido nas candidaturas dos fundos comunitários e na sua aprovação, tornando possível a execução de grandes obras, o progresso e desenvolvimento do concelho, como por exemplo, as obras da Escola Secundária, Saneamento, Centro de Saúde, os Bairros Digitais, entre outras. Só com receitas, capital disponível ou capital alheio, podem surgir investimentos. Grandes obras e investimentos foram executados em 2025. Mesmo assim, ficou aquém do previsto. Uma taxa de execução de cerca de 73%, cerca de 33 milhões de euros, para despesas correntes e de capital. Deste valor, 13 milhões de euros, foram afetos a investimento e à amortização de capital. Cerca de 20 milhões para despesas correntes onde os custos com pessoal, absorvem a maior fatia, cerca de 7,5 milhões e meio. À semelhança de anos anteriores, os munícipes continuam a beneficiar de vários incentivos, designadamente devolução de IRS, IMI Familiar, entre outros, sendo este um dos grandes propósitos deste executivo, desde o seu primeiro mandato. Este exercício, apresentou um resultado líquido de mais de dois milhões de euros, como já foi aqui referido, cerca de dez milhões de euros de recursos disponíveis. Apesar da gestão rigorosa e controlada, porque estamos sempres a tratar de dinheiros públicos, não é necessário que as autarquias apresentem grandes resultados. Devem aplicar os recursos, a bem do munícipe, e da sua qualidade de vida. Apenas devem ter em atenção os rácios de endividamento e equilíbrio financeiro, cumprindo a legislação e não prejudicando a necessidade de investimentos futuros. Todos sabemos das dificuldades que estamos a atravessar

por falta de mão-de-obra e preços superinflacionados, o que dificulta que orçamentos e obras sejam executados nos períodos de tempo, previstos. Esta situação leva-nos a adiar obras e investimentos, atrasos nos fundos comunitários, redução das taxas de execução, e mais preocupante, falhar com as pessoas e munícipes, que anseiam pela obra ou projeto e que vai certamente contribuir para uma melhor qualidade de vida e para o progresso e desenvolvimento do nosso concelho. Este documento de prestação de contas, transmite-nos confiança. Está bem elaborado, com muita transparência e clareza, e por isso merece a nossa aprovação."----------

---

----------O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes. Sobre a questão da provisão, colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, esclareceu que esta diz respeito a um processo, que foi interposto contra a Câmara Municipal, por causa do edifício onde se encontram, a Central das Artes. Quando em 2017, ganhou a eleições, estava aqui um empreiteiro, que há quase um ano estava parado, não estando a obra em execução, tendo o novo executivo decidido rescindir o contrato com este empreiteiro e abrir novo procedimento, fazer a recuperação da candidatura a fundos comunitários, e hoje o edifício está aqui. Esse empreiteiro interpôs o processo em tribunal, no valor de novecentos e vinte e cinco mil euros de indemnização. O executivo à cautela, entendeu que os valores apurados, máximos, para uma eventual indemnização, seriam os tais cento e quarenta e oito mil euros. Isto tem um suporte documental e jurídico, e este suporte garante que o valor máximo, que o Municipio, poderá eventualmente pagar a título de indemnização, são cento e quarenta e oito mil euros. Esta empresa foi considerada insolvente já há três ou quatro anos, pelo que a relação passou a ser com o administrador da insolvência, que também já mudou várias vezes. Terminando disse que tudo isto está juridicamente sustentado e neste particular, o executivo está muito tranquilo. Quanto ao saldo de gerência, o senhor Presidente disse que aconteceu, porque houve atrasos, realçando que referiu isso, houve atrasos na execução, sobretudo da Escola Secundária, que tinha previsto ter de execução, cerca de 80%, a 31 de dezembro, não foi possível face às condições climatéricas que ocorreram. Este atraso, tem vindo a ser recuperado este ano, tendo a Câmara já assumido que no próximo ano letivo a Escola Secundária estará aberta e totalmente concluída e ao serviço da comunidade. Uma parte significativa destes dez milhões, é referente à Escola Secundária, sendo de acautelar o bem pagamento. Outras questões que estão incluídas neste saldo de gerência e que são compromissos que existem, nomeadamente os mais de duzentos e cinquenta mil euros de mobiliário para a Escola Secundária, os cerca de trezentos mil euros de equipamento informático para a Escola Secundária e também, aquilo que inicialmente nunca está previsto, mais de um milhão de euros de trabalhos complementares e revisões de preços. Portanto, há aqui uma componente de saldo que poderiam estar desobrigados de o reter, e gastá-lo noutra coisa qualquer, mas entenderam que deveriam ser prudentes, e à cautela, deveriam ter este saldo preparado, para poderem, sem qualquer restrição, concluírem o processo da Escola Secundária de

Porto de Mós, em tempo útil e sem qualquer tipo de constrangimento financeiro. Disse depois, dirigindo-se à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que o executivo tem consciência do estado das estradas no concelho, realçando que durante mais de seis meses, não puderam colocar um metro de alcatrão, também por cautela, porque colocar alcatrão a chover torrencialmente, é, em sua opinião, gerir mal o dinheiro público. Estão agora a ser abertos procedimentos concursais para fazer alcatroamentos e sobretudo para fazer obras, como disse o senhor deputado Rui Marto, que são muito importantes. Referiu depois que o saneamento da EN 8, foi muito importante e relevante. Neste momento, está já aprovado pelo executivo municipal, um financiamento de oito milhões de euros, que virá à próxima Assembleia Municipal, em junho, para se avançar com a obra de saneamento básico de Chão Pardo, Casais Garridos, Picamilho, Casal da Fonte, Casal da Luísa, requalificação das redes de águas nestes lugares, requalificação da rede de águas da estrada da Cruz da Légua até ao Chão Pardo e saneamento, pavimentação integral de todas estas ruas, sendo uma obra que se calcula em cerca de dez milhões de euros. Estas obras terão por trás um financiamento bancário, para se poder dar maturidade, com o objetivo de, sendo aberta a porta de se poder recorrer a fundos comunitários, fazê-lo com a maior brevidade possível. Sobre a questão da habitação, disse que a Câmara não irá fazer a construção de habitação, sendo uma opção politica que foi tomada, inclusivamente a nível da Região de Leiria. Hoje vem aqui a aprovação de uma Agência, Viver Leiria, que é o veículo que existe para se poder aceder a fundos comunitários. Neste momento na ITI CIM de Leiria existem cerca de 15 milhões de euros, tendo a ambição, e já foi solicitado o reforço desta rubrica com mais 50 milhões de euros, com o objetivo, desta Agencia gerir o património habitacional da região, ao nível do arrendamento. Toda a habitação que vier a ser efetuada na Região de Leiria, através da agencia, é para arrendamento para jovens e para funções – para a área da educação, para a área da saúde e para a área da segurança. São três áreas importantes sob o ponto de vista regional e onde, até por intervenção dos dirigentes destas áreas, tem vindo a ser manifestada a preocupação com a falta de habitação, acessível a estes grupos de profissionais, o que afasta as pessoas, até de concorrerem para estas zonas. No que diz respeito ao Municipio de Porto de Mós, vão amanhã a reunião de Câmara os primeiros apoios ao arrendamento jovem. Está a ser preparado um pacote de apoio à habitação, muito mais abrangente, do que apenas o apoio à habitação jovem, transversal a toda a sociedade. Neste momento e tendo em conta a estratégia de aumento de população, é determinante, haver também respostas a este nível, equacionando ainda a possibilidade de poder haver construção de habitação, no caso de haver financiamento a 100%, por parte do Estado. Sobre a questão das rubricas abertas, tema que já não é novo, disse que, hoje, governar a Câmara, em termos de orçamento e de resposta e de flexibilidade deste documento, não é o mesmo que foi no passado. As coisas têm evoluído, e temos ainda, associada a esta questão, a obrigatoriedade para podermos ambicionar candidatar-nos, ao quer que seja, sejam fundos comunitários, Agencia Portuguesa do Ambiente ou PRR, tem que haver previamente uma rubrica aberta. Se a rubrica não

estiver aberta, não se pode avançar com a candidatura. Assim, optou-se, porque não constitui qualquer problema, até porque hoje, este é um documento a quatro anos, por força da lei. O próximo Orçamento, que se fizer, vai ser feito, obrigatoriamente, para além deste mandato. Este é o modelo de gestão que é transversal a todos os municípios.----------

----

----------Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções**.----------

----

----------**4. 1ª Modificações aos Documentos Previsionais 2026-2030**:----------

----------**4.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação);** ----------

----------**4.2. 2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação);**----------

----------**4.3. 2.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026 - (apreciação, discussão e votação)**; ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a explicar cada subponto conjuntamente, sendo que a votação se faria separadamente. Seguidamente passou a apresentar as razões justificativas desta revisão aos documentos previsionais, que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 16.04.2026, e que a seguir se transcreve:----------

----

----------*"No corrente ano económico já foi aprovada uma revisão aos documentos previsionais por parte do órgão competente – Assembleia Municipal, que teve como objetivo base a integração do saldo de gerência do ano de 2025 e proceder as outras alterações que na altura se acharam oportunas;* ----------

----------*Os documentos previsionais de todas entidades tem uma perspetiva dinâmica e tem que se ir adaptando ao longo dos exercícios a um conjunto de variantes de índole interna e externa, algumas delas que não era possível prever aquando da elaboração dos documentos iniciais;* ----------

----------*O corrente exercício económico e até os que se seguem ficam inevitavelmente muito condicionados pelos efeitos das condições climatéricas provocadas pela tempestade "Kristin" e nessa linha é necessário criar novas rúbricas de investimento e reforçar dotações em algumas rúbricas, bem assim como adicionar receita para a qual há garantias que o Município venha a beneficiar.* ----------

----------*Por outro lado, há necessidade de alterar o cronograma financeiro de alguns investimentos de grande envergadura para que possam ser iniciados, dentro da brevidade possível, os respetivos processos de contratação pública.* ----------

----------*A revisão ora proposta insere-se nos pressupostos patenteados nos parágrafos anteriores e duma forma resumida passo a descrever:* ----------

----------***1) Do Plano Plurianual de investimentos:*** ----------

----------***Novos projetos:*** ----------

----------*a) Intervenção de emergência e reabilitação do Rio Alcaide na sequência das intempéries de 2026;* ----------

----------*b) Intervenção de emergência e reabilitação do Rio Lena na sequência das intempéries de 2026;* ----------

----------*c) Intervenção de emergência e reabilitação da Ribeira das Pedreiras na sequência das intempéries de 2026;* ----------

----------*d) Intervenção em outras linhas de água no concelho.* ----------

----------***2) Das atividades mais relevantes:*** ----------

----------* ***Novos projetos:*** ----------

----------*1-"AIGP 2.0. Áreas integradas de gestão de paisagem;* ----------

----------***3) Alteração do cronograma financeiro:*** ----------

----------*1- Execução das redes Chão Pardo, Andam, C. Garridos e Andaínho;* ----------

----------*2- Execução Rede Saneamento Pedreiras (Rua da Fonte e Casal da Luísa);* ----------

----------*3- Requalificação da Rede de Águas Chão Pardo, Andam C. Garridos, Andaínho.* --------

----------*Em contrapartida do lado da receita também foi aumentada a dotação inicial, num valor global de 3.098.222,00 €, que decorrem de apoios extraordinários da parte de organismo da administração central do Estado, para fazer mitigar os efeitos da tempestade "Kristin" sobre o território do concelho: 1 M € que hão-de ser pagos pela CCDR Centro, mais 943.108 pela Agência Portuguesa do Ambiente para as intervenções nas linhas de água referidas nos pontos a), b) e c) do ponto 1 precedente; mais 1 M € que é se espera venha a ser pago pela seguradora referente a estragos provocados em instalações Municipais cobertos por seguro e ainda o montante de 155.114,00€ refere a receita para a AIGP 2.0.*----------

----------*Foram ainda realizados feitos acertos sem rúbricas de alguns projetos que careciam de reforço para se dar início aos procedimentos contratuais ou outras situações de ajustamentos de dotações.* ----------

----------*Em face do atrás aludido* ***proponho:*** ----------

----------*Submeter a presente proposta por parte do órgão executivo à Assembleia Municipal, nos termos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, com remissão para a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."* ----------

---

----------**Rui Fernando Correia Marto (PS):**----------

---------- Usando da palavra, disse que a sua intervenção não é para discutir o ponto da Ordem de Trabalhos, mas para dizer ao executivo que iria continuar na linha da aprovação do projeto inicial.--

---

----------Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente colocou a votação o ponto **4.1. 2ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 –** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

---

----------Seguidamente, a senhora Presidente pôs a votação o ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos - **2ª Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026 –** tendo o mesmo sido aprovado por **maioria, com 3 (três) abstenções**.----------

---

----------Por fim, a senhora Presidente, pôs a votação o ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos - **2.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026 –** tendo a mesma sido aprovada por **maioria, com 3 (três) abstenções**.----------

---

----------**5. Relatório do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2025 - (Apreciação)**; ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o assunto supra, que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026, e que a seguir se transcreve:----------

---

----------*"O Estatuto do Direito de Oposição (doravante EDO) encontra se consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio na sua atual redação, e tem por objeto assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;*----------

----------*"Oposição" consiste, aqui, por caracterização do n.º 1 do Artigo 2.º do EDO, na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos citados;* ----------

----------*É titular do direito de oposição, até à tomada de posse dos órgãos do Municipio eleitos nas eleições autárquicas realizadas no dia 12 de Outubro de 2025 o quadro eletivo do Município de Porto de Mós e nos termos do Artigo 3.º do EDO, o Partido Socialista, o Partido CHEGA (agora deputada municipal não inscrita); No período compreendido entre 03 de novembro e 31 de dezembro de 2025 quadro eletivo do Município de Porto de Mós e nos termos do Artigo 3.º do EDO, o Partido Socialista, o Partido CHEGA e o Partido Iniciativa Liberal;* ----------

----------*Nos termos do Artigo 10.º do EDO, conjugado a alínea u) do n.º 1 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os órgãos executivos devem elaborar, até 31 de Março e relativamente ao ano anterior, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito daqueles direitos e garantias, fazendo-o publicar;* ----------

----------*É deste quadro que emana o presente relatório, focalizado nas atividades que materializaram a ação executiva destinada a garantir o "Direito de Oposição", desenvolvidas ao*

longo do ano de 2025, assim: ----------

----------I. DIREITO À INFORMAÇÃO----------

----------Durante o período relatado, os titulares do direito de oposição do Município de Porto de Mós foram sendo regularmente informados pelo Presidente da Câmara e pelo Órgão Executivo, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua atividade. ----------

----------A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito do Artigo 33.º, n.º 1, alínea yy) e do Artigo 35.º, n.º 1, alíneas s), u), x) e y), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, destacando-se: ----------

----------a) O esforço sistemático em fazer acompanhar as convocatórias das reuniões dos Órgãos Municipais, dos respetivos documentos de suporte à apreciação, discussão e votação; -------

----------b) Informação escrita, suficientemente detalhada, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade do Município a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele Órgão; ----------

----------c) Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores; ----------

----------d) Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;-

----------e) Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município; ----------

----------f) Remessa à Câmara Municipal de todas as modificações previsionais, no caso concreto as alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, não obstante ser essa uma competência delegada no Presidente da Câmara; ----------

----------g) Promoção da publicação das decisões e deliberações dos Órgãos Autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; ----------

----------h) Remessa à Assembleia Municipal das minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal, após aprovação; ----------

----------i) Remessa à Assembleia Municipal, de documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza; ----------

----------II. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA ----------

----------No ano civil de 2025 foi assegurado o cumprimento do estipulado no n.º 3 do Artigo 5.º do EDO, por meio da disponibilização das propostas dos Documentos de Prestação de Contas de 2024, bem como Grandes Opções do Plano e orçamento para o quadriénio 2026_2030; ----------

----------III. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO ----------

----------No período em apreço foi garantido o envio atempado de informações pertinentes e de convites aos membros dos Órgãos Municipais, a fim de assegurar que estes pudessem participar em atos e eventos oficiais relevantes naqueles que, sendo organizados ou apoiados pela Município, pela sua natureza, tal se justificou. ----------

----------Paralelamente, foi ainda assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir,

pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo ainda efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos; ----------

----------***IV. DIREITO DE DEPOR*** ----------

----------*Não aplicável, na medida em que não houve conhecimento de o Partido Socialista, o Partido Chega e o Partido Iniciativa Liberal, bem como a deputada municipal não inscrita, terem tido intervenção em qualquer comissão prevista no Artigo 8.º do EDO, pelo que nada há a referir em relação a este particular;* ----------

----------***V. CONCLUSÃO*** ----------

----------*Em face do exposto, entendo que foram asseguradas, pelo Município de Porto de Mós, as condições adequadas ao cumprimento do EDO durante o ano de 2025, sendo essa uma preocupação persistente do Presidente da Câmara e do todo o Executivo Municipal.* ----------

----------*Em cumprimento do Artigo 10.º, n.º 2, do EDO, determino o envio do presente relatório aos titulares do direito de oposição em mandato nos Órgãos Municipais, para conhecimento.* ---------

----------*Determino ainda, em cumprimento do n.º 5 do Artigo 10.º do EDO, que este mesmo relatório seja publicado na página eletrónica do Município, em www.municipioportodemos.pt."*-------

---

----------**6. Nomeação Revisor de Contas Oficial Contas (ROC) para Certificação de Contas Município do ano 2026 e 2027 (de maio de 2026 a abril de 2028) - (Apreciação, discussão e votação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o assunto supra, que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026, e que a seguir se transcreve:----------

---

----------"***Considerando que:*** ----------

----------*O contrato celebrado com o Revisor Oficial de Contas (ROC) deste Município termina no próximo dia 30 de abril de 2026;* ----------

----------*Por força do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual, o Município é obrigado a ter as suas contas certificadas de acordo com a legislação em vigor, por revisor que será nomeado de entre revisores oficiais de contas ou de sociedades de revisores oficiais de contas.* ----------

----------*A este auditor externo compete, entre outras obrigações:* ----------

----------*a. Certificação legal das contas do Município de Porto de Mós de acordo com a legislação em vigor;* ----------

----------*b. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;* ----------

----------*c. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de*

investimentos do município; ----------

----------d. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; ----------

----------e. Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira; ----------

----------f. Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal; ----------

----------g. Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei. ----------

----------No sentido de dar cumprimento à legislação aplicável e no âmbito das minhas competências próprias determinei, por meu despacho o início do procedimento, por ajuste direto, destinado a contratar a prestação de serviços de certificação legal de contas municipais nos anos 2026 a 2028 (2 anos), após consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º A do CCP. Do procedimento de contratação resultou apresentação de proposta por parte de Amado & Gomes, SROC, Lda. representado por Sérgio Manuel da Silva Gomes, Revisor Oficial de Contas inscrito na respetiva ordem sob o n.º 1357, com um preço global de 14.400,00€ (catorze mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA, para os 24 meses de prestação dos serviços referenciados. ----------

----------Embora os trâmites processuais tendentes à contratação do profissional estejam realizadas impõe-se que que seja a Assembleia Municipal a nomear o referido auditor externo, no cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, condição para que possa ser subscrito o respetivo contrato de prestação de serviços. ----------

----------Tendo em conta tudo o atrás referenciado, ***proponho:*** *----------*

----------Possa a Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal, para os efeitos preceituados no artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, e nos termos da aliena ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a nomeação do Auditor Externo de Amado & Gomes, SROC, Lda., representado por ***Sérgio Manuel da Silva Gomes****, inscrito na ordem respetiva ordem sob o número 1357 para os exercícios de 2026 a 2028 (período compreendido entre 01 de maio de 2026 a 30 de abril de 2028)."----------*

----------O senhor deputado Rui Fernando Correia Marto retirou-se da sala, não participando na votação que se seguiu, por incompatibilidades familiares.----------

---

----------Assim, a senhora Presidente da Assembleia, pôs a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Nomeação Revisor de Contas Oficial Contas (ROC) para Certificação de Contas Município do ano 2026 e 2027 (de maio de 2026 a abril de 2028) –** tendo o mesmo sido **aprovado**

por unanimidade.----------

----------**7. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Ano 2026 e seguintes- (Para conhecimento);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara disse que os compromissos assumidos são os que estão espelhados na informação que a seguir se transcreve, disponibilizando-se para responder a qualquer questão que queiram colocar.----------

---

----------*"A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22 /2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.* ----------

---

----------*Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 500.000€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.* ----------

---

----------*Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 08 de janeiro de 2026 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2026, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permiti do por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.* ----------

---

----------*Face ao cumprimento das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2026, remete se abaixo um quadro onde constam os compromissos*

plurianuais assumidos no período de 01-01-2026 a 02-04-2026. ----------

Data	***Designação***	***Montante***		
		Ano 2026	***Anos Seguintes***	***Total***
25-02-2026	*Aquisição de serviços de consultoria especializada referente ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP).*	*34.496,88€*	*17.248,40€*	*51 745,28 €*
04-03-2026	*Fornecimento de serviços de teleassistência domiciliária*	*6.095,88€*	*18.287,64€*	*24.838,52€*
25-03-2026	*Aquisição de serviços de patrocínio em processos judiciais.*	*25.707,00€*	*17.527,50€*	*43.234,50€*
02-04-2026	*Protocolo ADSAICA – Sapadores Florestais*	*35.460,00€*	*106.380,00€*	*141.840,00€*

----------**8. Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A.:** ----------

----------**8.1: Proposta de criação da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A., pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (Apreciação, discussão e votação)**;----------

----------**8.2: Estatutos da Agência - (Apreciação, discussão e votação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta acima mencionada, que a seguir se transcreve e que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026:----------

----------*"Considerando que:* ----------

----------*1. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria se encontra a desenvolver o «Programa Intermunicipal de Habitação Acessível Região de Leiria», enquadrado no Programa Regional do Centro – Centro 2030, com uma dotação global prevista de 60.000.000 €;* ----------

----------*2. O referido Programa visa promover a criação de oferta de habitação acessível e reforçar a coesão territorial dos municípios da Região de Leiria;* ----------

----------*3. A Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A." constitui o instrumento de governação, coordenação e execução operacional do referido Programa;* ----------

----------*4. A constituição da Agência permite o acesso a soluções integradas no domínio da habitação, bem como aos instrumentos de financiamento associados;* ----------

----------*5. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, associação pública de municípios, integra os municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós;* ----------

----------*6. Nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, é admissível a participação dos municípios em entidades intermunicipais com fins de interesse público.* ----------

----------*Enquadramento financeiro e orçamental (SNC-AP):* ----------

----------*A constituição da Agência implica:* ----------

----------*7. O reconhecimento de uma participação financeira inicial e/ou contribuições*

subsequentes, nos termos a definir nos Estatutos da Agência; ----------

----------8. O registo contabilístico da participação financeira como ativo financeiro, em conformidade com o SNC-AP, designadamente na rubrica de participações financeiras; ----------

----------9. O eventual reconhecimento de transferências correntes ou de capital, consoante a natureza das contribuições, com impacto na execução orçamental do Município; ----------

----------10. A previsão das correspondentes dotações no orçamento municipal e nas Grandes Opções do Plano, assegurando o cumprimento dos princípios do equilíbrio orçamental e da sustentabilidade financeira; ----------

----------11. O acompanhamento da Agência através dos instrumentos de prestação de contas e consolidação, quando aplicável; ----------

----------12. A despesa encontra-se prevista (ou será objeto de revisão) nas Grandes Opções do Plano, designadamente no eixo: ----------

----------Objetivo: Habitação:----------

*----------**Projeto/Ação** – Programa Intermunicipal de Habitação Acessível – adesão Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A. ----------*

----------13.Será assegurada mediante a competente alteração orçamental; ----------

----------14.O impacto plurianual, quando aplicável, será refletido nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), garantindo-se a sustentabilidade financeira do Município. ----------

----------Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: ----------

----------a) Concordar com a constituição pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, associação pública de municípios, da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A"; ----------

----------b) Aprovar os respetivos Estatutos, que se anexam; ----------

----------c) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; ----------

---------- d) Determinar o enquadramento orçamental da despesa nos termos acima descritos, em conformidade com o SNC-AP; ----------

----------e) Mandatar o Presidente da Câmara Municipal para outorgar todos os atos e contratos necessários à concretização da presente deliberação."----------

---

----------Informou ainda o senhor Presidente da Câmara, que existe uma série de procedimentos legais que terão que ser adotados, passando este processo também pelo Tribunal de Contas que aprovará os Estatutos desta Agencia. No caso de o Tribunal de Contas entender fazer alguma alteração a estes Estatutos, eles terão que, novamente ser presentes à Assembleia Municipal para aprovação definitiva e consentânea com aquele órgão. Relativamente aos contributos dos Municípios para a Agência, podem ser financeiros, mas podem ser também, em bens, quer imoveis,

edificados ou terrenos. O que está previsto é avançar com este projeto o mais rápido possível, de forma a garantir o cumprimento, até 2029, das metas relativamente ao 2023 para a área da habitação, que na reprogramação deste fundo comunitário, teve um incremento muito significativo na habitação, na defesa e também no ciclo urbano da água. Terminando, pediu a aprovação desta Agencia, que terá respostas muito significativas ao nível da habitação, sobretudo para jovens e de função.----------

---

----------**Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH):**----------

----------Usando da palavra, disse dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que tinha ficado com uma dúvida e perguntando se os pontos 8.1 e 8.2, iriam ser votados em separado. Depois de cumprimentar todos os presentes começou por dizer que, o que se discute hoje no ponto 8 desta Ordem de Trabalhos, não é apenas o projeto de habitação, é na prática, a criação de um modelo, em que uma entidade, neste caso, a Agencia Intermunicipal, vai ser agregada pela "Viver Região de Leiria, Entidade Intermunicipal, SA," passando a assumir o papel direto, no mercado habitacional, sofrendo menos escrutínio democrático, podendo chamar-lhe imobiliária, pois vai funcionar como uma, construindo, gerindo e atribuindo habitações, estabelecendo condições de acesso e intervindo diretamente no mercado da habitação disponível, tudo isto com dinheiro 100% publico. Perguntou depois sobre o nível de controlo democrático, que esta e outras Assembleias, hoje ou futuro, terão sobre esta entidade. Disse depois que, aceitam que é necessário agir na habitação, mas a necessidade não deve obrigar a menos transparência sobre o erário publico. Esta firma intermunicipal, vai gerir milhões de euros de fundos públicos e tomar decisões com impacto direto na vida das pessoas. Perguntou se os dez municípios em questão não poderia fazer isto de forma direta para cada um dos seus munícipes. Continuou dizendo que, na última Assembleia foi votado a Carta Municipal de Habitação e a Declaração fundamentada de carência habitacional, assunto que também terá sido votado nas outras Assembleias que fazem parte da CIM da Região de Leiria. Pode o executivo assumir que os critérios de acesso, valores de renda e condições agora definidas pela constituição desta nova firma intermunicipal, não podem vir a ser alterados, sem a aprovação prévia desta, ou de outras Assembleias Municipais da CIM Leiria, perguntou. Relativamente ao ponto 8.2, perguntou quais são os critérios em que a CIM se baseia para escolher os administradores para esta firma financiada a 100% por dinheiros públicos. Fez ainda a comparação entre o preço da água que é fornecida pela Câmara e aquela que é fornecida por empresas privadas, sendo certo que a primeira e muito mais barata para o consumidor.----------

---

----------**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**----------

----------Usando da palavra, disse que queria apenas reforçar a importância desta Agencia ou doutra, independentemente do nome que tenha, e quando se fala aqui de administradores, acredita que o conselho de administração devem ser em princípio, os Presidentes de Câmara dos

dez Municípios. Mas o drama não é esse. O drama é o que atualmente se vive em Portugal e um pouco por toda a Europa. O drama é o preço a que chegaram as casas seja para aquisição ou para arrendamento, perguntando como é que os jovens vão conseguir fazer face a este estado de coisas, quando o País tem uma taxa de habitação publica de 2%, sendo que a média europeia é de 20%, e o Chega está preocupado com o aumento da oferta da habitação publica. Disse que ainda que nós precisamos urgentemente de oferta de habitação pública e precisamos de corrigir este défice enorme, ou então os jovens vão todos embora. Disse ainda que espera que a Agencia faça essa obrigação e que construa e que não se ande aqui a adiar soluções que são fundamentais para resolver este problema.----------

---

----------O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que já aquando da aprovação da Carta Municipal, o deputado Ricardo Gomes parece que está a criar fantasmas onde não existem. O que está a ser feito, é com a maior transparência, que foi aprovada já em sete dos dez municípios, e só não foram aprovadas mais, porque as restantes Assembleias estão hoje reunidas para aprovação desta Agencia, tendo aquelas sido aprovadas por unanimidade, o que significa que o entendimento que existe nesses concelho, é que efetivamente esta Agência é determinante. É determinante para gerir fundos comunitários, e está-se a falar de cerca de 60 milhões de euros, e é determinante para se poder dar resposta aos jovens que se querem instalar em concelhos como Porto de Mós, Leiria ou Batalha, ou mesmo no interior da Região, e são confrontados com rendas absurdas, para esta região. Em termos de organização e planeamento, foi entendido que este é o melhor instrumento para facilitar. O facto de estamos juntos, reforça a coesão desta região e sobretudo transmite aquilo que é fundamental aos concelhos que não têm capacidade para fazer qualquer tipo de obra - é que no concelho de Castanheira de Pera, se possa fazer habitação a custos controlados para arrendamento, igual ao que a Câmara de Leiria pode fazer. Está aqui a falar-se da verdadeira coesão, num território que tem muita desconformidade a esse nível, e esta Agência, vai dar resposta exatamente a isso. Sobre a questão dos administradores, disse que Júlio Vieira já respondeu. Aquilo que a Agência vai ter, são alguns funcionários, para gerir todo o património, para gerir as rendas, que serão definidas num calendário próprio, a partir dos Estatutos que hoje, em princípio, serão aprovados, depois da revisão, por parte do Tribunal de Contas. Este critério está definido nos estatutos, quem vai ter possibilidade de beneficiar destas habitações, são os jovens e as funções, já referidas, e qualquer alteração terá que vir à Assembleia Municipal, de cada um dos Municípios. No dia 12 de maio, ocorrerá a Assembleia Intermunicipal onde irá também ser votado este instrumento, na sua globalidade, para depois ser remetido para as instâncias superiores, para validação.----------

---

----------Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia, colocou a votação o ponto 8.1 da Ordem de Trabalhos - **Proposta de criação da Agência**

Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M.,S.A., pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria" – tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com 3 (três) votos contra**. ----------

---

----------Seguidamente pôs a votação o ponto 8.2 da Ordem de Trabalhos - **Estatutos da Agência** – tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com 3 (três) abstenções**.----------

---

----------**9. Proposta de Adesão à Associação Oficina de Planeamento e Participação – rede de Autarquias participativas (Apreciação, discussão e votação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta acima mencionada, que a seguir se transcreve e que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026:----------

---

----------"*Considerando que:* ----------

----------*A AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, é uma associação privada sem fins lucrativo;* ----------

----------*A Associação Oficina de Planeamento e Participação, consideram de grande interesse para a prossecução dos objetivos da Rede de Autarquias Participativas, adiante referida como RAP, o estabelecimento de uma estreita cooperação entre as duas instituições;* ----------

----------*A RAP, criada em 2014, é a primeira estrutura colaborativa em Portugal destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local;* ----------

----------*A Oficina é simultaneamente um espaço de construção e desconstrução de realidades, suportada por uma equipa especializada nas áreas do planeamento, da avaliação e da promoção da democracia participativa;* ----------

----------*A ação da Oficina segue uma abordagem multidisciplinar e integrada sobre os territórios de intervenção, visando, concomitantemente, criar independência nas instituições e equipas que nos contratam, através de uma atuação apostada na transferência de conhecimento;* ----------

----------*A vasta experiência e conhecimento que a AOPP possui em áreas como a participação cidadã e a democracia participativa, assim como no trabalho com as autarquias portuguesas, colocam-na numa posição privilegiada para garantir a coordenação da Secretaria Técnica e a dinamização das atividades da Rede;* ----------

----------*A RAP é uma estrutura colaborativa que congrega as autarquias portuguesas comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local, à qual o Município adere, e tem como objetivos:* ----------

----------*a. Promover a democracia participativa a nível local, assegurando o envolvimento dos eleitos, dos técnicos e dos cidadãos;* ----------

----------*b. Facilitar a troca de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadãos na gestão pública nas autarquias;* ----------

----------*c. Promover a capacitação dos diversos atores envolvidos nos processos participativos;* --
----------*d. Criar, alimentar e divulgar um sistema de informação atualizada sobre os mecanismos de democracia participativa no país;* ----------
----------*e. Reforçar a gestão pública transparente, assegurando a produção de informação de fácil utilização e a compreensão por parte de todos os cidadãos;*----------
----------*f. Ampliar a Rede através da incorporação progressiva de novas autarquias comprometidas com a democracia participativa;* ----------
----------*g. Estabelecer intercâmbio com organizações, tais como ONG, universidades e outras entidades comprometidas com estas matérias;* ----------
----------*h. Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas em Portugal.*----------
----------*As partes comprometem-se, na medida das suas possibilidades, a promover, incentivar e desenvolver ações de colaboração, visando a defesa dos interesses da RAP, assumindo o compromisso de trabalhar para a concretização dos seus objetivos, de acordo com as opções estratégicas tomadas, possibilidades e prioridades definidas.* ----------
----------*A adesão do Município à RAP, constitui um reforço da participação cívica assente em:* --
----------***1. Compromisso com a democracia participativa**:* ----------
----------*O município deve assumir, como princípio orientador, o reforço da participação cidadã nas decisões públicas. Isso inclui:* ----------
----------● *Envolver cidadãos na definição de políticas locais* ----------
----------● *Promover transparência e accountability* ----------
----------● *Valorizar processos deliberativos (não apenas consultivos)* ----------
----------***2. Implementação de instrumentos participativos*** ----------
----------*A adesão pressupõe o desenvolvimento ou reforço de mecanismos concretos, como:* ---
----------● *Orçamento participativo*----------
----------● *Assembleias ou fóruns cidadãos* ----------
----------● *Consultas públicas regulares* ----------
----------● *Plataformas digitais de participação* ----------
----------***3. Partilha de boas práticas*** ----------
----------*Ao integrar a rede, o município compromete-se a:* ----------
----------● *Trocar experiências com outras autarquias* ----------
----------● *Participar em encontros, seminários e formações* ----------
----------● *Contribuir para a inovação em políticas públicas participativas* ----------
----------***4. Monitorização e avaliação*** ----------
----------*É esperado que o município:*----------
----------● *Avalie o impacto das iniciativas participativas* ----------

----------● *Utilize indicadores de participação e inclusão* ----------

----------● *Ajuste políticas com base em evidência* ----------

----------***5. Inclusão e diversidade*** ----------

----------*Um dos pilares é garantir que a participação:* ----------

----------● *Inclui diferentes grupos sociais (jovens, idosos, minorias, etc.)* ----------

----------● *Reduz desigualdades no acesso à decisão pública* ----------

----------● *Promove equidade territorial* ----------

----------***6. Capacitação interna*** ----------

----------*A adesão implica investimento em:* ----------

----------● *Formação de técnicos e dirigentes* ----------

----------● *Desenvolvimento de competências em facilitação e mediação* ----------

----------● *Estrutura organizacional preparada para processos participativos* ----------

----------*O artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dispõe que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da promoção do desenvolvimento local;* ----------

----------*A adesão à RAP não é apenas simbólica, implica uma mudança de cultura administrativa, onde o município passa a atuar como facilitador da participação cívica, reforçando o projeto implementado há 7 anos, com o orçamento participativo, que se tem revelado de significativo sucesso.* ----------

----------*O custo de adesão à Associação Oficina de Planeamento e Participação, é de 950,00 € (novecentos e cinquenta euros) por ano, sendo que é necessário que o processo de adesão seja aprovado pelos órgãos municipais, câmara municipal e assembleia municipal, e tenha o visto prévio do Tribunal de Contas;*----------

----------*A presente intenção foi já objeto de análise e submetido ao órgão executivo na sua reunião ordinária de 19 de março de 2026, a coberto da Proposta referência n.º 6308, de 16 de março de 2026, tendo-se no entanto, verificado que a mesma enferma de um erro de enquadramento legal, para efeitos de aprovação pelo órgão competente, que urge corrigir para todos os efeitos legais, pelo que, proponho a anulação da deliberação de câmara anteriormente tomada sobre o presente assunto, conforme previsto no n.º 3 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo.* ----------

----------*Em face do que antecede, e prosseguindo com o procedimento aplicável ao caso em apreço, proponho a adesão do Município de Porto de Mós à Associação Oficina de Planeamento e Participação - Rede de Autarquias Participativas, nos termos e ao abrigo das competências conferidas aos órgãos municipais nos termos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme documentos em anexo, nos termos seguintes.* ----

----------*a) Remeter o assunto à Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;* ----------

----------*b) À Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos do RJAEL (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprove a adesão do Município de Porto de Mós, à Associação Oficina de Planeamento e Participação - Rede de Autarquias Participativas;* ----------

----------*c) Submeter o processo a visto prévio do Tribunal de Contas, em cumprimento do disposto no artigo 56.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto."* ----------

---

----------Não havendo pedidos de intervenção, colocou a senhora Presidente o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Proposta de Adesão à Associação Oficina de Planeamento e Participação – rede de Autarquias participativas** – a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.---

---

----------**10. Proposta de Adesão à Associação Cluster Indústrias culturais e criativas (Apreciação, discussão e votação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta acima mencionada, que a seguir se transcreve e que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026:----------

---

----------*"Considerando que:* ----------

----------*A Cluster Indústrias Culturais e Criativas é uma Associação privada sem fins lucrativos que se regerá pelo disposto nos seus Estatutos e na legislação aplicável;*----------

----------*A Associação tem sede no Edifício de Serviços da AEP - Associação Empresarial de Portugal, sito na Av. Dr. António Macedo, n.ºs 196/200, 4450-617 em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos;* ----------

----------*A Associação tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional;*--

----------*Integram o setor das Indústrias Culturais e Criativas as áreas de atividades que têm em comum a utilização da criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual como recursos para desenvolver, criar, produzir, divulgar e preservar bens e serviços com significado industrial e empresarial, social, artístico e cultural, designadamente nas seguintes principais áreas temáticas:* ----------

----------● *Património cultural material e imaterial; Arquitetura e Design; Literatura, livros e publicações;* ----------

----------● Museus, galerias, bibliotecas e arquivos; Música, rádio e festivais; Audiovisual; Novas tecnologias (Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Inteligência Artificial); Artes visuais e performativas e Artesanato. ----------

----------A adesão do Município de Porto de Mós ao Cluster das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), através da Associação C.I.C.C - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS, constitui uma decisão estratégica alinhada com as atuais dinâmicas de desenvolvimento territorial, valorização do património e promoção da economia do conhecimento; ----------

----------Importa ainda destacar que a integração no Cluster das ICC pode apoiar o município na transição digital e na adoção de modelos de gestão mais inovadores, permitindo modernizar a oferta cultural, melhorar a comunicação com os públicos e reforçar a participação cívica. Ao mesmo tempo, cria condições para a fixação de talento criativo e empreendedor, elemento essencial para a revitalização social e económica do território; ----------

----------O custo de adesão à Associação Cluster de Indústrias Culturais e Criativas, é de 1.500€ (mil e quinhentos euros) por ano, sendo que é necessário que o processo de adesão seja aprovado pelos órgãos municipais, câmara municipal e assembleias municipal, e tenha o visto prévio do Tribunal de Contas; ----------

----------O artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dispõe que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da promoção do desenvolvimento local; ----------

----------O setor das indústrias culturais e criativas assume hoje um papel central na geração de valor económico, na criação de emprego qualificado e na dinamização de territórios de baixa densidade. Para Porto de Mós, cuja identidade está fortemente ligada ao património histórico, natural e cultural, a adesão ao cluster representa uma oportunidade para potenciar esses ativos, transformando-os em produtos e experiências inovadoras, com maior capacidade de atração turística e de captação de investimento;----------

----------Num contexto em que a cultura e a criatividade são reconhecidas como motores de inovação e crescimento sustentável, a integração neste tipo de rede permite ao município reforçar a sua capacidade de afirmação a nível regional, nacional e até internacional; ----------

----------Além disso, a participação num cluster facilita o acesso a redes de conhecimento, financiamento e cooperação interinstitucional, promovendo sinergias entre agentes públicos, privados, académicos e culturais. Esta articulação favorece o desenvolvimento de projetos colaborativos, a partilha de boas práticas e a capacitação dos agentes locais, contribuindo para a qualificação do tecido económico e para o fortalecimento da identidade territorial; ----------

----------A adesão de Porto de Mós ao Cluster das Indústrias Culturais e Criativas representa uma aposta estratégica no futuro, assente na valorização da cultura como vetor de desenvolvimento, na inovação como instrumento de competitividade e na cooperação como base para um crescimento mais sustentável, inclusivo e resiliente; ----------

----------As Indústrias Culturais e Criativas são um fator estratégico de competitividade, criação de riqueza, geração de emprego, inclusão social, diversidade e especialização cultural e desenvolvimento humano; ----------

----------A Associação Cluster Indústrias Culturais e Criativas, alinha-se com o novo ecossistema industrial europeu para as Indústrias Culturais e Criativas, capaz de agregar conhecimento e competências, promover um ambiente favorável e apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços mais criativos, distintivos e disruptivos por via de parcerias de trabalho em rede entre os agentes da quíntupla hélice (empresas, entidades públicas, academia, sociedade civil, meio ambiente) para atingir níveis superiores de capacidade competitiva; ----------

----------O Cluster propõe-se a desenvolver: ----------

----------● Acompanhamento das políticas nacionais e europeias e representação privilegiada junto da tutela no que respeita ao alinhamento de estratégias e à defesa de políticas de apoio ao setor; ----------

----------● Representação e afirmação do setor junto dos diversos clusters congéneres por toda a Europa; ----------

----------● Trabalho em redes de networking, nacionais e internacionais para desenvolvimento de projetos estratégicos para o setor;----------

----------● Identificação e divulgação de oportunidades de negócios, projetos e/ou financiamento para os associados; ----------

----------● Comunicação contínua, a nível nacional e internacional, através de canais estratégicos para aumentar a visibilidade e posicionamento do cluster e respetivos associados; -------

----------● Monitorização, análise e divulgação de informação estratégica sobre o setor e projetos estruturantes a nível nacional e europeu. ----------

----------Atendendo ao acima exposto, proponho a adesão do Município de Porto de Mós ao Cluster das Indústrias Culturais e Criativas, nos termos e ao abrigo das competências conferidas aos órgãos municipais nos termos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme documentos em anexo (Estatutos da Associação, Ata da Assembleia Geral, Regulamento das Quotas do Cluster e Escritura da constituição da Associação), nos seguintes termos: ----------

----------a) Remeter o assunto à Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; ----------

----------b) À Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos do RJAEL (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprove a adesão do Município de Porto de Mós ao Cluster das Indústrias Culturais e Criativas (ICC); ----------

----------Submeter o processo a visto prévio do Tribunal de Contas, em cumprimento do disposto

no artigo 56.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto." ----------

----------Não havendo pedidos de intervenção, colocou a senhora Presidente o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Proposta de Adesão à Associação Cluster Indústrias culturais e criativas** – a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções.** ----------

----------**11. Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Municipio de Porto de Mós – abertura de hasta pública (Apreciação, discussão e votação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta acima mencionada, que a seguir se transcreve e que foi presente a reunião de Câmara de 16.04.2026:----------

----------*"O Município de Porto de Mós pretende proceder à concessão da exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica. Os equipamentos a concessionar situam-se nos locais discriminados e consideram a instalação, manutenção e exploração de 17 (dezassete) Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos (PCVE), distribuídos no território do Concelho Porto de Mós, conforme expresso no quadro abaixo com identificação da localização:* ----------

----------*Alqueidão da Serra* ---------- *Rua da Nossa Sr.ª da Tojeirinha*

----------*Alvados*----------*Largo Chouso Verdeal*

----------*Mendiga*----------*Rua José Sousa Matias*

----------*Calvaria de Cima*----------*Rua das Almoinhas*

----------*Mira de Aire*----------*Av. General Trindade*

----------*Mira de Aire*----------*Rua Padre João do Rosário*

----------*São Bento*----------*Rua Luís de Camões*

----------*Juncal*----------*Rua dos Bombeiros*

----------*Juncal*----------*Rua de St.º António (IEJ)*

----------*Pedreiras*----------*Largo Heróis do Ultramar*

----------*Porto de Mós*----------*Largo João Filipe Guerra*

----------*Porto de Mós*----------*Rua das Quintas*

----------*Arrimal* ----------*Rua do Outeiro*

----------*Alcaria*----------*Rua António dos Santos*

----------*S. Jorge*----------*Av. Nuno Álvares Pereira*

----------*Cruz da Légua*----------*Estrada Nacional 8, Moitalina*

----------*Serro Ventoso*----------*Rua do Viso*

----------*A concessão deverá observar o integral cumprimento dos termos e condições definidos no Processo da Hasta Pública (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos), sendo que a mesma ocorrerá por um período de dez anos (120 meses), desde o dia 01 de julho de 2026 até ao dia 30 de junho de 2036.* ----------

----------Nesse âmbito, importa salvaguardar que o novo Concessionário terá que, para além de cumprir as obrigações estabelecidas, do Caderno de Encargos, executar a instalação, manutenção e exploração dos equipamentos. ----------

----------O Concessionário deverá iniciar a instalação dos equipamentos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias seguidos a contar da data da atribuição das licenças, e a exploração no prazo máximo de 30 (dias) dias seguidos, a contar da data da instalação, sendo que o incumprimento do prazo de início de instalação e/ou de exploração pode determinar a extinção da licença. ----------

----------Pese embora o anteriormente expresso ainda se dirá que, as obras a realizar pelo Concessionário terão que estar obrigatoriamente concluídas por forma a que os postos de carregamento estejam obrigatoriamente em funcionamento, no máximo, a 15 de setembro de 2026. ----------

----------Tendo em conta as estimativas do valor global a pagar pela renda, face à duração da concessão, dez anos (120 meses), e aos termos anteriormente expressos, temos que o valor total a pagar pela mesma é, no mínimo, de 14.873,30 € + IVA, que corresponde à utilização do espaço dos postos de carregamento nos termos do disposto do número 2, do artigo 27.º, da Tabela de Taxas, diga-se da Tabela vigente para o ano de 2026, e que consideram que cada posto de carregamento ocupa 1,00m2 de área por local de instalação dos postos e uma área de 17,00m2 para os 17 postos a instalar, e a que acresce 1% da percentagem do preço total arrecadado pelo concessionário junto do comercializador de energia elétrica, em todos os postos de carregamento, valor esse que corresponde à base de licitação da Hasta Pública. ----------

----------De salientar que para efeitos do presente procedimento se consideram as áreas de ocupação acima indicadas e que cada posto de carregamento considera dois lugares de estacionamento e que os mesmos estarão disponíveis para carregamento durante as 24 horas do dia em todos os dias do ano. ----------

----------Deste modo, propõe-se a realização de uma Hasta Pública em conformidade com o Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, vulgo Código do Procedimento Administrativo, e efetuada por extensão da interpretação do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação e considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações da Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro e da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, com as alterações da Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho, e do Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro, vulgo Código dos Contratos Públicos e atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua atual redação, na Portaria n.º 241/2015, de 12 de agosto, na Portaria n.º 221/2016, de 10 de agosto e na Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto. Para o efeito, propõe-se que a Hasta Pública seja publicitada através do Edital (cuja minuta se anexa), divulgado através dos seguintes meios: ----------

----------1.1. Afixação nos locais habituais (Paços do Concelho); ----------

----------2. Divulgação no site do Município, sita em www.municipio-portodemos.pt.pt, com disponibilização das peças da Hasta Pública; ----------

----------3. Publicação em jornal nacional e em dois jornais regionais. ----------

*----------Ato Público de Arrematação da Hasta Pública: O ato público de arrematação da Hasta Pública terá lugar no dia **15 de junho de 2026, pelas 14h30m**, no Auditório dos Paços do Concelho. -*

----------Não serão admitidos lanços de valor inferior a 0,25% da base de licitação relativa à percentagem do preço total arrecadado pelo concessionário junto do comercializador de energia elétrica, em todos os postos de carregamento, fixa no Caderno de Encargos (0,25% + IVA). ----------

----------A Hasta Pública não pode ser arrematada por valor inferior à base de licitação expressa no Caderno de Encargos (14.873,30€ + IVA, que corresponde à utilização do espaço dos postos de carregamento, e acrescidos de 1% da percentagem do preço total arrecadado pelo concessionário junto do comercializador de energia elétrica, em todos os postos de carregamento) e acrescida de pelo menos uma licitação. Comissão da Hasta Pública: Por analogia ao disposto no número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "…os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número impar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal pelo que para a presente Hasta Pública se considerará uma Comissão da Hasta Pública que funcionará analogamente ao Júri. ----------

----------Para efeitos da Hasta Pública mencionada em epígrafe, propõe-se para Comissão da Hasta Pública, os seguintes elementos: ----------

----------Presidente: Dr. Rogério Nunes, Chefe de Divisão de Administração Geral e Financeiro; ------

----------Vogal: Eng.ª Patrícia Carreira, Chefe de Divisão Ambiente, Águas e Saneamento;----------

----------Vogal: Eng.ª Marina Vala, Chefe de Divisão dos Serviços e Obras Municipais;----------

----------Suplente: Eng.º José Carlos Vinagre, Técnico Superior Eng.º Ambiente; ----------

----------Suplente: Eng.º José Fernandes, Técnico Superior Eng.º Civil.----------

----------Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito de presente procedimento, se propõe que também em analogia ao mesmo a referida Comissão da Hasta Pública possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo. ----------

----------Por fim, e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que "Estabelece o regime jurídico das autarquias locais", temos na sua alínea p), do número 1, do artigo 25.º, que compete à Assembleia Municipal, em matéria de apreciação e fiscalização, sob proposta

da Câmara autorizar, nos termos da Lei, "a Câmara Municipal a celebrar Contratos de Concessão e fixar as respetivas condições gerais". ----------

----------*Face ao anteriormente expresso, a presente informação deverá também ser presente à Assembleia Municipal, para que o referido Órgão Deliberativo possa autorizar a presente Hasta Pública."* ----------

---

----------Não havendo pedidos de intervenção, colocou a senhora Presidente o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **11.Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Municipio de Porto de Mós – abertura de hasta pública** – a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

---

----------**12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2024 (para apreciação);** ----------

----------O senhor Presidente da Câmara passou a fazer um breve resumo sobre o funcionamento da CPCJ, bem como uma sumula daquilo que consta do Relatório supra, e que foi atempadamente distribuído por todos os deputados municipais.----------

---

---------- **13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação):** ----------

----------O senhor Presidente passou a dizer que o presente relatório está muito desatualizado porque tem as contas a 31 de março, porque durante este mês, os compromissos com a escola secundária avançaram duma forma muito significativa, e neste momento estamos muito mais próximos da execução de capital dos 5 milhões de euros, do que dos 2,7 milhões que constam do relatório. Para além desta obra, também a execução das obras de requalificação do Centro de Saúde de Porto de Mós, a conclusão do projeto CES Mineral, a conclusão dos bairros digitais que configuram valores muito significativos e que terão um maior impacto no relatório da próxima Assembleia Municipal.----------

---

----------**Carla Patricia Frazão Ferreira Calé (CH):**----------

----------Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, passou a fazer a seguinte intervenção:----------

----------"*Ontem o Municipio de Alcanena, anunciou a reparação do trecho da EN 243, entre a Videla e as Moitas Vendas, com início previsto para junho. O Município de Porto de Mós, veio também anunciar a fase de reparação do trecho Livramento-Alcaria para o próximo mês de maio, situação que nos congratula, mas principalmente aos habitantes de Alcaria, Alvados e Mira de Aire. Queremos também relembrar que durante os debates da campanha, o candidato do Chega à*

Câmara Municipal, denunciou várias vezes o estado das várias estradas nacionais, bem como dos acessos a Porto de Mós, com foco principal nas dificuldades do trânsito de pesados e na total falta de um projeto a médio e a longo prazo, para retirar o mesmo do centro da vila de Porto de Mós. Qual o plano rodoviário para retirar as várias centenas de camiões diários de dentro da sede do concelho, muitos deles em movimentos pendulares diários, entre as zonas de extração e as áreas de transformação da matéria-prima. O que sucedeu à EN 243, não foi um imprevisto, foi falta de prevenção e de manutenção das Infraestruturas de Portugal, mas acima de tudo, um alerta das entidades locais atempado, por parte do executivo, para uma zona já referenciada como estando sujeita a deslizamentos há muitos anos, e sem qualquer planeamento ou intervenção assertiva a médio prazo. E quando assim é, a mobilidade e segurança das pessoas fica comprometida, a economia travada e as populações esquecidas. Porto de Mós, Alvados e Alcaria e principalmente Mira de Aire, merecem mais atenção na prevenção e manutenção. Transparência na informação, nas diligências em curso, e acima de tudo mais ação, pois estamos aqui, perante um bloqueio autentico à vida normal das pessoas. Todos sabemos que a prevenção e a manutenção não dão votos, mas infelizmente o tempo das pessoas, não é o tempo dos políticos, pelo que, segundo o executivo, as obras terão início entre maio e 1 de junho do corrente ano, pelo que perguntamos novamente, quais os prazos concretos para a resolução e concretização deste verdadeiro bloqueio do "estreito de Ormós". Ouviram bem, "estreito de Ormós". Três meses, seis meses, ou mais? Obrigada."----------

---

----------**Patricia Pereira Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS:**----------Usando da palavra, disse que queria felicitar o senhor Presidente da Câmara pois viu no presente relatório, que já tinha passado à fase de projeto no saneamento de várias ruas do Alqueidão da Serra. Disse ainda que queria falar especialmente de uma das ruas, a Rua de Porto de Mós, que é a rua nova que vai dar à fonte, e na junção com a rua velha, já ali houve dois acidentes, e com o aumento do trânsito que ali se verifica, de pessoas que não conhecem, não obstante existir sinalização, a frequência dos acidentes muito maior, pedindo o arranjo daquela zona, na sequencia das obras de saneamento. Manifestou também o seu contentamento com a ciclovia, dizendo que agora só faltam mesmo os caminhos e as estradas municipais.----------

---

----------**Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH):**----------

----------Usando da palavra, disse, ainda a propósito da sua anterior intervenção, que a falta de habitação é notória pelo País inteiro, e apenas colocou duas questões ao senhor Presidente da Câmara, tendo obtido duas respostas, e dizendo a Júlio Vieira que não entrou em debate com ninguém.----------

---

----------**Rui Fernando Correia Marto (PS):-**----------

----------No uso da palavra, disse que não há praticamente nenhuma rua no Alqueidão da Serra que tenha o nome correto e se este documento é para ficar na história, pedia um especial cuidado, porque não existe Rua Relva do Lagar no Alqueidão da Serra. Tanto quanto sabe a Rua Relva do Lagar há de ser nos Casais de Baixo. Não existe Travessa do Algar, não existe Rua da Sobreira, e a Rua de Porto de Mós, por aquilo que lhe parece, não é a Rua de Porto de Mós, mas é a Rua do Caminho Velho. Referiu depois que quando se diz na informação se fala sobre o abastecimento de água e energia, diz-se, execução da 3ª fase do saneamento de Mira de Aire, em projeto. A 3ª fase de saneamento de Mira de Aire, ou foi mudada a 3ª fase, ou já estava projetada, perguntando se se está a fazer alguma revisão do projeto. Terminando, disse que queria dar os parabéns ao vereador Pedro Vala, com o pelouro do Urbanismo, extensivos a todo o executivo, pelos tempos de aprovação dos projetos, que neste momento são bastante bons, e pela nova forma de trabalhar.----------

---

----------**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**:----------

----------Disse querer deixar duas notas muito rápidas. Uma para dar os parabéns à senhora Presidente da Assembleia Municipal pela organização das Comemorações do 25 de Abril, não só pelas homenagens que foram feitas, mais do que justas, aos Presidentes de Junta e Presidentes de Câmara em exercício de funções nos últimos 50 anos, mas pela qualidade e pelo cuidado que tem havido na comemoração de uma data, tão importante para Portugal. A outra nota é uma reflexão que gostaria de deixar ao executivo, sobre a alteração à paisagem humana da vila de Porto de Mós, do concelho e do País. Verifica-se hoje em dia, que em dez pessoas que encontramos na rua sete ou oito não são portomosenses, ao contrário do que se verificava há vinte ou trinta anos atrás, que configura uma enorme alteração estrutural. Isto é uma realidade e estas pessoas merecem da nossa parte um trabalho de integração que acha que não está a ser feito. Disse que temos obrigação de fazer alguma coisa, por um lado, para os acolher e integrar, e por outro, para os conhecermos melhor e perceber o que é que estão cá a fazer.----------

---

----------O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo à deputada Carla Calé que, relativamente à EN 243, está muito tranquilo, porque há oito anos que cá está e há oito anos que alerta as Infraestruturas de Portugal para a necessidade de uma intervenção diferente daquela que tem sido feita, nomeadamente a ultima pavimentação. Disse que de facto a Câmara não tem planos para estradas nacionais, porque não é da nossa competência. A EN 243 é uma estrada nacional relativamente à qual temos vindo a manifestar a nossa preocupação, o que continuará a ser feito. O trânsito pesado que passa em Porto de Mos, não devia passar, havendo uma via alternativa. Eventualmente na transição para a Batalha, pode excecionalmente passar. As vias alternativas estão definidas, havendo a necessidade de pensar na ligação entre a zona industrial e a rotunda do Intermarché. Não vale a pena estar a falar de tuneis

de ligação porque são coisas ilusórias e em sua opinião, difíceis ou impossíveis de concretizar, pelo menos neste mandato, e portanto o que quer deixar enquanto Presidente da Câmara, donde sairá daqui a três anos, é um projeto que possa ligar a zona industrial de Porto de Mós a Porto de Mós, e deixará, que descontinue, eventualmente a EN 243, na parte da zona industrial até à entrada de Porto de Mós, reforçando a utilização urbana da localidade da Corredoura e criando uma via alternativa, também com potencial de crescimento habitacional, dessas zonas. A ação que pede, é em sua opinião despropositada, porque anda há oito anos a fazer ação nesse sentido, e que saiba, a senhora deputada Carla Calé, anda nisto há seis meses, e só agora é que a tem ouvido falar destas preocupações. Disse ainda que viu alguns comentários pouco abonatórios, relativamente ao facto do Municipio não prestar esclarecimentos nas redes sociais. A Câmara Municipal de Porto de Mós, não é governada nas redes sociais. As redes sociais do Municipio servem para esclarecer, e sobretudo para anunciar, avisar, sendo assim que se faz, e com certeza que nunca viram nenhum vereador a promover a discussão nas redes sociais, porque existem fóruns próprios para fazer a discussão, apresentar os problemas e sobretudo para os tentar resolver. Sobre a questão da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que relativamente às questões que trouxe agora aqui, calcula que quando teve acesso ao documento da revisão ainda não tinha lido o documento da informação, porque se assim fosse, provavelmente não teria tido o lamento de que no Alqueidão da Serra, não estava previsto fazer-se nada. Disse ainda que a Rua de Porto de Mós, e aproveitou para dizer que, efetivamente aquelas ruas são nos Casais de Baixo, onde está previsto fazer-se o fecho de malha, e deve ter havido uma confusão do técnicos do Municipio. No Alqueidão da Serra, o que está previsto é a Rua de Porto de Mós, e mais duas ruas, que a senhora Presidente sabe quais são. Sobre a gestão das estradas municipais, estão a ser lançados procedimentos para fazer algumas pavimentações. Sobre a questão lançada pelo deputado Ricardo Gomes, foi no fundo uma interpelação a Júlio Vieira, que não comenta. Sobre a questão colocada pelo deputado Rui Marto, relativamente à habitação, disse que o mérito é do Vereador Pedro Vala, tendo sido importante ter conseguido o quinto vereador. Foi contratado um técnico de arquitetura para fazer o chamado saneamento dos processos que veio instituir aqui alguma disciplina. Sobre o desafio colocado pelo deputado Júlio Vieira, disse que acredita que se trata de um problema de perceção que por vezes é diferente daquilo que efetivamente se está a fazer, correndo o riso de estar a ser injustos com toda uma equipa, nomeadamente com o SAS, que está efetivamente junto da comunidade, de todas as comunidades a fazer este trabalho de proximidade e de tentativa de integração, por vezes difícil, sobretudo daqueles que estão cá legalmente, que estão a contribuir de forma determinante para o equilíbrio da Segurança Social e estão sobretudo a responder à falta de mão-de-obra que as empresas têm de uma forma sistemática. Este é um processo que tem trabalho do Municipio, tem trabalho da Comunidade Intermunicipal, através do FAMI, um processo de integração com alguma dimensão, que se chama Plano Intermunicipal para a Integração de Migrantes da Região de Leiria, e que também tem

financiamentos, estando a trabalhar em conjunto todos os Municípios da Região de Leiria. Disse ainda que tem uma visão regional sobre esta questão das multiculturas, e este ano de 2026, precisamente porque houve um *boom* de novos residentes, quer emigrantes, quer imigrantes, aqui no concelho, foi decidido que o projeto educativo da escola para este ano, chama-se Encontro de Culturas. Com este projeto pedagógico estão a ser desenvolvidas um conjunto vasto de ações, exatamente de integração da comunidade escolar no todo da escola. Disse querer dar esta nota importante, da preocupação que o Municipio sente e também do trabalho que desenvolve neste âmbito.----------

---

----------A senhora Presidente da Assembleia, usou ainda da palavra para referir que afinal o que havia dito no início, sobre a presença de todos os deputados, afinal não se concretizou, não tendo comparecido Paulo Jorge Nobre Pereira, do Partido Socialista, e Raquel Ferreira Bento eleita pelo Partido Social Democrata.----------

---

----------**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO**:----------

- ----------Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 4 (4.1, 4.2, 4.3), 6, 8 (8.1, 8.2,), 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.----------

---

----------A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 22.15 horas do dia 29 de abril de 2026, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo ----------

---

_____

_____

_____

_____